

## ÉTICA I

### Primeira Parte: INTRODUÇÃO À ÉTICA FILOSOFICA.

#### CAPÍTULO I – A ÉTICA FILOSOFICA.

##### 1. Noção preliminar de Ética.

Devemos iniciar nosso estudo buscando uma definição para a ciência da Ética. Evidentemente com o desenvolvimento e aprofundamento do curso essa noção poderá sempre mais ser aperfeiçoada, contudo façamos essa primeira afirmação, valendo já como uma definição real:

Ética filosófica ou filosofia moral é a parte da filosofia que estuda a vida moral do homem, ou seja, o seu agir livre.<sup>1</sup>

Já nessa definição devemos destacar alguns termos fundamentais tais como: vida moral do homem e agir livre. Essas duas expressões falam da ação da inteligência e vontade que são características exclusivas como tais do ser humano. Não se pode esperar um comportamento moral e uma ação verdadeiramente livre da parte de outros seres em nosso mundo, como, por exemplos os animais que tem vida sensitiva, mas não intelectual. Já se falou de inteligência e de vontade em animais, contudo não se trata de um modo animal de falar. A inteligência e a vontade como faculdades da alma são próprias do ser humano<sup>2</sup>.

Do ponto de vista nominal os termos Moral e Ética derivam de duas palavras, uma latina e outra grega, que designam os costumes (*mores*, *ethos* ἦθος). Assim temos acesso ao objeto material da Ética: é uma ciência referente aos costumes ou à conduta moral do homem.

Outro ponto importante dessa definição está no termo “parte da filosofia”. A Ética é uma parte da filosofia. Esta, por sua vez, é a ciência que conhece para conhecer, ou seja, não tem uma finalidade pragmática. Todas as outras ciências têm uma finalidade mais prática que motiva o conhecimento em sua área. A medicina procura conhecer o homem para curá-lo, a sociologia para estudar o seu comportamento na sociedade, a engenharia quer conhecer para construir, e assim por diante. A filosofia, no entanto, busca o conhecimento para conhecer. Jacques Maritain a define da seguinte maneira: “A filosofia é o conhecimento científico que pela luz natural da razão considera as causas primeiras ou as razões mais elevadas de todas as coisas”<sup>3</sup>. Vemos assim que pela luz natural da razão a filosofia busca conhecer todas as coisas através de suas causas primeiras, ou seja, procura a sua essência, aquilo que a coisa é. A Ética se insere dentro da filosofia como o desdobrar prático da sabedoria filosófica.

<sup>1</sup> LUIÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Lo Menier, Firenze, 1992, p. 2.

<sup>2</sup> Muitas vezes queremos nos referir a um animal como um ser propriamente inteligente, no entanto está presente a associação que faz com que algumas atitudes do animal pareçam ser uma ação inteligente. Para dar alguns exemplos podemos citar o “João de Barro” uma ave que constrói a própria casa, mas sempre a mesma casa, as abelhas que parecem fazer uma obra de engenharia quando fazem a colmeia, na verdade seguem um instinto que lhes permite fazer aquela obra, mas não vão muito além disso. Alguém poderia falar de inteligência nos seres vivos apenas de modo análogo aquilo que existe no ser humano.

<sup>3</sup> MARITAIN, Jacques, *Introdução Geral à Filosofia*, *Elementos de Filosofia I. Agir*, Rio de Janeiro, 1977, p. 71.

O mesmo Maritain<sup>4</sup> nos recorda que existem outras ciências práticas como a Medicina que visa a alcançar a saúde do homem. Todavia essas ciências não visam o Bem supremo do homem, mas um bem particular, como no caso da medicina, a saúde. Por isso ele afirma que a Ética é a única ciência prática que merece o nome de filosofia. Por isso assim como a filosofia julga as demais ciências por ser sabedoria, a Ética ou moral filosófica, deve orientar as ciências práticas.

A Ética distingue-se seja do conhecimento moral espontâneo, seja da Teologia Moral. É diferente do conhecimento moral espontâneo por ser uma ciência. A consciência moral é parte integrante da vida e o homem tem espontaneamente o conhecimento que brota da sua experiência moral, ou seja, é uma realidade vivida. Todo homem, tenha ou não estudado Ética, é protagonista da sua vida, e assim une ideais e critérios com os quais toma suas decisões. A Ética filosófica é uma elaboração sistemática e crítica e elaborada que quer esclarecer filosoficamente a essência da moral a fim de elaborar normas e critérios para orientar o uso responsável da liberdade pessoal. O conhecimento moral espontâneo constitui o ponto de partida para a reflexão da Ética.<sup>5</sup>

Já a distinção da Ética para a Teologia Moral se baseia no fato que esta última é informada pela fé. A Ética filosófica se desenvolve puramente através dos recursos da razão. A Teologia Moral tem seu fundamento na razão, mas também no dado da fé, ou seja, é informada pela Revelação.

A Ética também se distingue de outras ciências tais como a psicologia e a sociologia das moralidades.

Passemos então ao termo *ethos*, Ética, e procuremos agora uma definição nominal. Esse termo é antiquíssimo. Aparece no *Corpus Aristotelicus* (Ética de Nicômaco, Ética eudêmica, e grande Ética) que significa propriamente caráter. Pode ser traduzido como *habitus* ou *costume*. Quando o hábito é bom chama-se virtude, quando mau, vício.

Importante é notar também que a Ética é formada de uma parte prática e de outra teórica. Prática porque parte das ações humanas e quer orientar a ação do homem e teórica porque considera o homem no seu ser.

## 2. O objeto da Ética.

### 2.1. Objeto material: Os atos humanos.

Para esclarecer o problema do homem que age de modos diversos, a filosofia estabeleceu uma diferença fundamental dos atos do homem que se tomou clássica na moral. Existem ações nas quais o homem não empenha todo o seu ser. Nessas não estão presentes de modo consciente a sua inteligência e vontade. São chamados *atos de homem*. São, por exemplo, os atos biológicos inconscientes como a nossa respiração e nossa digestão. Acontecem sem que pensem naquilo que está ocorrendo. Não é preciso deliberar sobre essas coisas.

Observa Joseph de Finance<sup>6</sup> que nem sempre o homem age como homem, a sua atividade nem sempre porta a marca de sua diferença específica. Muitas vezes frequentemente seus atos procedem dele, apesar de sendo dele, não exprimem aquela área do seu ser pela qual ele entra no

<sup>4</sup> Ibidem, p. 97-98.

<sup>5</sup> O conhecimento moral espontâneo tem o mesmo objeto formal da Ética, mas se desenvolve de modo diferente. É semelhante ao conhecimento das mudanças atmosféricas que o camponês tem por experiência e o meteorologista tem por um conhecimento científico. LUNA, Angel Rodríguez, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>6</sup> DE FINANCE, Joseph, SJ, *Ética Generalis*, Editrice Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1997, p. 31.

gêncios dos corpos animados: como atividade dos outros viventes, esses são dirigidos por uma necessidade de natureza, são determinados. Além das operações da vida vegetativa (que no uso corrente não se costuma chamar de atos) os gestos instintivos, não refletidos, os tiques, os reflexos, as práticas realizadas sob a influência de uma constrição psíquica, pela sugestão hipnótica, por um raptó de demência, etc. Esses são atos do homem porque fazem parte de sua natureza, mas não são atos humanos, porque não implicam em sua diferença específica. Atos humanos são aqueles que o homem faz enquanto dotado de razão. Daí vemos como é valiosa a definição de homem de Aristóteles, animal racional.

Numa outra categoria temos ação humana que nos interessa mais de perto. São os atos que modificam o modo de ser, o *ethos*. Esses atos são chamados atos humanos. Neles existe a ação deliberativa do homem fruto da sua inteligência e vontade. De *per se* a inteligência deve guiar a ação do homem iluminando a vontade para que essa decida bem, escolha aquilo que é melhor. Contudo a vontade pode prevalecer o bem de tal modo que dá razões à inteligência<sup>7</sup>.

A respeito dos atos humanos temos a seguinte citação de São Tomás: "Entre todas as ações feitas pelo homem, sustenta o Angélico, se chamam humanas somente aquelas que pertencem ao homem enquanto tal; dado que é próprio do homem ser senhor de si mesmo e, portanto, procedem da vontade deliberada, a razão e a vontade, a quem pertence a liberdade"<sup>8</sup>. Assim devemos afirmar:

O objeto material<sup>9</sup> da Ética são os atos humanos porque neles o homem empenha tanto a inteligência como a vontade, ou seja, exercita a sua liberdade.

Como critério distintivo das ações do homem está presente a liberdade. É somente ato humano aquela ação realizada livremente. Por isso mesmo é que pode ser considerada pela moral. Os atos de homem não são estudados pela moral, porque não são ações livres. No ato humano está a consciência vivida do ser eu como agente responsável se une a causa verdadeira daquilo que eu faço. Assim as ações livres é que são do interesse da ética.

As ações livres procedem da libertação da racionalidade e da vontade, seja imediatamente (amor, desejo, ódio), seja através de outras potências (falar, trabalhar, golpear).

Assim as ações da pessoa humana são objeto material da ética enquanto são livres, ou seja, enquanto pressupõem a atualização da deliberação racional e da vontade.

É preciso ressaltar que um ato voluntário e livre não é necessariamente um ato de cuja vontade é o princípio imediato. O ato que procede imediatamente da vontade é chamado ato "eficiente" (de *elicere*, itar de fazer sair). Assim a decisão de escrever um livro é um ato eficiente, enquanto essa

<sup>7</sup> Para dar um exemplo concreto, é o caso de alguém que precisa de um carro para o trabalho. Um carro simples lhe basta, porém, a vontade pode impulsionar a inteligência como que dizendo: "eu preciso de um carro confortável e também bonito, pois tenho que me apresentar bem". Assim a vontade, na verdade o próprio homem, *bueno* razões para fazer aquilo que lhe agrada e não aquilo que é realmente necessário fazer.

<sup>8</sup> São Tomás do Aquino, S. TH, I, II, q.1, a.1.

<sup>9</sup> Vale a pena recordar que o objeto material é aquele sobre o qual uma ciência estabelece o seu estudo que deverá ter a sua formalidade, ou seja, um ponto de vista próprio daquele objeto material. O objeto material pode ser comum a muitas ciências. Por exemplos o homem. O estudo do ser humano pode ser feito pela medicina, pela biologia, pela antropologia, pela filosofia, pela teologia. O objeto material de estudo é o mesmo, mas o objeto formal é que caracteriza a especificidade daquela ciência em relação ao objeto de estudo.

decisão põe em ato outra potência é chamado *imperado*, ou seja, *comandado*. Veremos adiante com mais detalhes essa classificação.

## 2.2. O objeto formal da ética: a moralidade dos atos humanos

Vimos que o que especifica a visão de uma ciência é o seu objeto formal. Os atos humanos são o objeto material da Ética, mas o objeto formal é a moralidade dos atos humanos. A esse ponto já conseguimos a examinar o valor de um ato humano. A ação deliberada do homem pode ser boa ou má.

O objeto formal da Ética é a moralidade dos atos humanos, ou seja, a bondade ou a maldade das ações humanas enquanto tais.

A moralidade é uma dimensão real existencial da ação humana e não somente um modo de considerá-la. Assim o objeto formal da Ética é aquele segundo o qual os atos humanos, vistos formalmente enquanto tais, são qualificados como bons ou maus. Genericamente chamamos de moralidade a bondade ou maldade das ações humanas enquanto tais. A moralidade – a bondade ou maldade – das ações humanas não se identifica com as qualidades naturais (inteligência, habilidade, etc.). As características naturais do homem (inteligência, habilidade, energia física, força de caráter) são moralmente ambíguas, pois podem ser usadas positivamente ou negativamente. Somente uma decisão livre um homem pode ser bom ou mau no sentido moral.

Santo Agostinho: “Pela virtude moral se vive retamente e ninguém pode usá-la com finalidades más. Isto significa que a virtude moral consiste no bom uso da liberdade.”<sup>10</sup>

São Tomás: “Só quem tem uma vontade boa é bom em sentido absoluto, porque graças a ela utilizará bem todos os seus recursos”. Podemos aqui recordar, a título de ilustração, o adágio popular que diz: “De boas intenções o inferno está cheio”. Rigorosamente falando esta frase não é verdadeira, pois uma boa intenção não pode ser condenada. O que ocorre de fato é que podem existir falsas boas intenções. Estas sim são reprováveis.

Não se deve confundir também bondade com perfeição técnica. O senso comum distingue “bom” de “perfeito” para distinguir um ato bom de uma obra perfeita. Ninguém fala de um bom roubo, mas se poderia falar de um assalto perfeito, um atentado perfeito, no sentido que tecnicamente foi bem realizado, mas não deixa de ser ilícito. O roubo é mau em absoluto no sentido moral, mas pode ter uma certa “bondade” no sentido de perfeição técnica, ou seja, foi realizado com perfeição.

Na Ética, contudo, bem e mal tem um sentido absoluto. O bem e o mal são o bem e o mal que as ações possuem enquanto humanas, pois dizem respeito a pessoa humana enquanto tal. Se pode dizer então que o bem moral coincide com o bem da pessoa na medida exata em que esse bem está em jogo na ação livre e deve ser realizado mediante essa ação.

O remorso ou o arrependimento não dependem de uma deficiência técnica do agir, mas da convicção que a obtenção do fim alcançado segundo os objetivos pré-fixados, ou seja, foi mais uma perda que um ganho, daí o arrependimento.

A explicação desta experiência é que a um nível mais profundo em relação àquela coisa nos bens que nos atraem, existe algo que se deseja em modo necessário e irresistível. Na realidade é o objeto originante e a medida constitutiva de todo o nosso desejo. Aristóteles e a tradição filosófica o chamaram de “fim último”, vida feliz, ou felicidade (beatitude).

<sup>10</sup> São Agostinho, *Retractions libri duo*, lib. I, cap. 9, 6; ML 32, 598.

### 2.3. Divisão do ato humano<sup>11</sup>.

Pela relação com a moralidade, o ato humano pode ser:

- 1) Bom ou lícito, se estiver de conforme a lei moral (p. ex. dar esmola).
- 2) Mau ou ilícito, se for contrário a lei moral (p. ex. mentir).
- 3) Indiferente, quando nem é contrário nem conforme a lei moral (p. ex. andar).

O ato humano também pode ser:

- a) *Interno*: o que é realizado mediante as faculdades internas do homem – entendimento, memória, imaginação, etc. (p. ex., a recordação de uma ação passada, ou o desejo de algo futuro).
- b) *Externo*: quando intervêm também os órgãos e sentidos do corpo (p. ex. comer ou ler).

### 2.4. Elementos do ato humano: advertência e consentimento.

- a) *Advertência*: Com a advertência o homem percebe a ação que vai realizar. Nessa advertência pode ser *plena* ou *semiplena*, consoante com a advertência com toda a perfeição ou só imperfeitamente. Por exemplo uma ação pode ser semiplena se o sujeito está meio adormecido. Em teologia católica se fala de advertência plena para que haja pecado grave.
- b) *Consentimento*: É o que leva o homem a querer praticar o ato previamente conhecido, procurando com isso um fim. Como assinala São Tomás (S. Th. I-II, q. 6, a.1), ato voluntário ou consentido é “o que procede de um princípio intrínseco, com conhecimento do fim. Esse ato consentido pode ser perfeito ou imperfeito, consoante seja realizado com pleno ou semipleno consentimento. Em teologia católica se fala de consentimento perfeito como elemento para que haja pecado grave.

## 3. O estatuto científico da Ética.

### 3.1. Ética como ciência especulativa, prática e normativa.

O objetivo da Ética não é somente a compreensão da moralidade das ações, mas também o de ajudar o homem a realizar a moralidade de suas ações. A Ética filosófica é um saber prático não só porque tem por objeto as ações, mas porque é um saber que guia as ações.

A Ética formula e funda filosoficamente os juízos de valor e as normas de comportamento dotadas de validade absoluta, com intenção de orientar a liberdade pessoal em direção ao bem da pessoa humana enquanto tal. Assim devemos destacar:

A Ética é ciência prática porque parte da vida moral espontânea, mas também é especulativa porque aprofunda o sentido das ações humanas procurando dar juízos de valor. É finalmente normativa porque depois de analisar e julgar os atos humanos quer guiar o homem através das normas que estabelece com a especulação.

<sup>11</sup> SALA E MONROY, *Cursos de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.25-26.

Consequentemente se deve afirmar que o interesse primário da ética não reside na análise psicológica ou sociológica das ações morais. A Ética estuda o agir enquanto livre. A Ética vai além da descrição que algumas ciências realizam com o objetivo de conhecer o que uma determinada sociedade de uma certa época considera como bem e mal. A Ética formula e funda filosoficamente juízos de valor e normas de comportamento dotadas de validade absoluta, com a intenção de orientar o exercício da liberdade pessoal em direção ao bem da pessoa humana enquanto tal. A Ética é ciência moral, e como tal se distingue nitidamente das ciências positivas da moralidade (psicologia, sociologia, etc.).

Jolivet recorda que em Lógica falamos de um grupo de ciências chamadas comumente de ciências morais referentes à atividade humana como tal, tanto individual como coletiva. Jolivet afirma que a expressão "ciências morais" é bastante imprópria, porque embora pretenda designar o que tem relação com o homem, enquanto racional e livre, prescindindo do julgamento do bem e do mal, isto é, faz abstração precisamente do bem e do mal. Nesse grupo estão a Psicologia, Sociologia, Economia, Moral e Política e também a História<sup>12</sup>.

### 3.2. As objeções da matriz positivista à ética normativa<sup>13</sup>.

O positivismo não é uma doutrina especificamente ética, mas uma concepção geral da filosofia e das ciências que tem importante repercussão sobre a Ética, sobre as disciplinas jurídicas, políticas e sobre a estética. O termo positivismo deriva do vocábulo latino *positum*, que significa, "o que é dado". Segundo o positivismo, o saber deve limitar-se a registrar e ordenar os fatos verificáveis por meio da experiência sensível, sem que nunca seja possível transcender ao plano determinado pela ciência. Assim vemos um fechamento à possibilidade da metafísica, já que o único conhecimento possível é o que vem das ciências positivas e o único método é o empírico. Assim não é possível, para o positivismo, um conhecimento certo e sistemático de valores e normas morais.

#### a) O positivismo sociológico.

O fundador do positivismo sociológico foi Auguste Comte (1797-1858). Na linha de pensamento que ele abriu se encontram, Durkheim (1858-1917), Lévy-Bruhl (1857-1939) e Westermarck (1862-1939). Na obra *La morale ET La science des moeurs* (1903) Lévy-Bruhl sustenta que falar de uma ciência normativa é absurdo. A ciência por definição conhece aquilo que é, não aquilo que deve ser: é uma aplicação metódica do espírito humano à uma parte da realidade dada, a fim de descobri-la leis que governam fenômenos. Assim a moral não pode ser outra coisa que uma ciência dos costumes. Seu trabalho consiste em descrever os usos e os valores morais das diversas sociedades. De modo algum a ética, para essa corrente de pensamento, poderia arrogar-se o direito de prescrever leis aos homens e aos grupos sociais.

Como consequência, para Lévy-Bruhl, o comportamento moral depende na realidade da estrutura social, e por isso, onde existem configurações sociais análogas se encontram morais semelhantes, assim também os princípios filosóficos invocados para seu fundamento podem ser muito diferentes.

Acentuando a incidência da pressão social na formação moral da pessoa, o positivismo sociológico chama a atenção para um fator que a ética não devia esquecer. Contudo, a absolutização deste ponto de vista implica na negação da moralidade mesma, porque dissolve o bem em sentido

<sup>12</sup> Jolivet, Régis, *Tratado de Filosofia IV, Moral*, Agir, 1966, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>13</sup> UCHO, Angel Rodríguez, *Ética*, La Monja, Caracas, 1992, p. 15.

absoluto em um bem relativo. São os padrões sociais que determinam o comportamento moral. Como consequência desse tipo de pensamento, estamos constatando que a diversidade de concepções filosóficas e antropológicas faz surgir um desacordo teórico e prático sobre os valores e sobre realidades humanas fundamentais tais como: valores da vida, da sexualidade, da família, da paz, da conservação do ambiente natural, etc.

A consequência mais negativa do sociologismo positivista está no relativismo ético em paralelo com a negação positivista da metafísica.<sup>14</sup> Negando a metafísica reduz o âmbito do conhecimento humano somente aos fenômenos, além de tentar suprimir toda noção de um bem absoluto das ações humanas. Como resumo, devemos dizer que: O positivismo sociológico ao afirmar que a ciência apenas pode conhecer aquilo que é, mas não tem poder para dizer aquilo que deve ser, nega a possibilidade de uma ciência moral, de uma metafísica, além de cair em um relativismo pelo fato de apenas querer ser uma ciência dos costumes, ou seja, de descrever usos e valores morais de diversas sociedades, sem, porém, prosperar leis aos homens.

Jolivet comenta que a ideia fundamental dos moralistas positivistas foi fazer entrar a Moral no domínio comum das ciências da natureza. É o que significam claramente as definições da Moral como "física dos costumes" ou "biologia dos costumes" que estão em Augusto Comte, Stuart Mill e Spencer, ou também arte (ou técnica) sociológica (Durkheim, Lévy-Bruhl). Para esses pensadores, a Moral ou Ética só pode ser resultado da experiência, que é a única que pode definir o que é bom e o que é mau para a espécie humana e formular as leis da prosperidade individual e social.

#### b) O empirismo lógico-lingüístico.

No interior do empirismo lógico-lingüístico se encontram diversas posições éticas: o hedonismo de Schilck, o intuicionismo de Moore, Prichard e Ross, o emotivismo ético de Ayer e Stevenson, o prescritivismo de Hare, entre outras. Outros autores, como Russell, tiveram uma evolução complexa, passando de um intuicionismo ao emotivismo puro, e deste a uma combinação de elementos emotivistas com uma teoria do interesse e do desejo, etc. O que une tantas doutrinas é a aceitação do princípio empirista que reduz a consciência humana à experiência sensível.<sup>15</sup>

Os iniciadores da versão contemporânea da tradição empirista, negam a possibilidade de elaborar uma ética científica. A ética devia ser reduzida, segundo todos esses autores, mesmo com matizes diferentes, a uma lógica do raciocínio moral que definia as consciências morais, as relações entre elas e com conceitos não morais, e que estabeleceria o seu uso legítimo. Moore pensa que o bem, como qualidade simples e não natural, seja indefinível e por isso não haveria espaço para uma ética teórica. Russell afirma que as proposições éticas não podem ser funções de verdade das proposições empíricas. Wittgenstein afirma no *Tractatus*: "Não podem existir proposições éticas. As proposições não podem exprimir alguma coisa de mais alto. É claro que a ética não pode ser expressa. A ética é transcendental".<sup>16</sup> A tese filosófica que está por trás dessas expressões lógicas é a seguinte: os valores não podem residir no mundo, dado que se se encontrassem nele deixariam de ser valores para se tornarem simplesmente uma outra parte do mundo, ou seja, seriam fatos, e falar de fatos significa descrever e não avaliar.

<sup>14</sup> PRICHARD, A. MOLLÁ, *Fundamentos de filosofia*, IV edição, Rinep, Madrid, 1969, p. 615.

<sup>15</sup> LUNO, Angel Rodríguez, *Ética*, Lo Motier, Firenze, 1992, p. 19.

<sup>16</sup> WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus*, n. 6.402, Einaudi, Torino, 1989, p. 169.

Já os emotivistas pensam que as proposições éticas não são significativas. Essas não correspondem a nenhum fato empírico, não dizem nada do mundo e, portanto, não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Manifestam simplesmente uma reação emotiva pessoal de aprovação ou desaprovção. "Dizer roubar é coisa má", explica Ayer, não acrescenta nenhum conteúdo factual à proposição "foi realizado um furto", ou "foi realizado um FURTO", sinais que carecem de valor verídico ou adequado. O significado factual que se pode encontrar na linguagem moral não é, deste modo, originalmente ético, mas deve ser reconduzido à psicologia ou à sociologia, que dando razão do processo psíquico ou social que está na origem das avaliações. Schlick afirma explicitamente que a ética é uma parte da psicologia<sup>17</sup>.

Deve-se mencionar também o atomismo lógico de Russel e do primeiro Wittgenstein. Essa corrente considera dotadas de sentido só as proposições que Hume<sup>18</sup> julgava dignas de crédito, ou seja, aquelas que exprimem relações lógicas ou matemáticas abstratas, e aquelas que podem ser verificadas na experiência sensível.

Novamente se vê que o critério de verdade para essas correntes é o fato de poder avaliar EMPIRICAMENTE as proposições.

A observação do preceito empirista, mais ou menos estrita, mas sempre determinante, está se tornando sempre mais objeto de reflexão e crítica. São sempre mais numerosos os autores que pertencem a essa corrente, ou ao menos vizinhos a ela, que revelam a sua esterilidade.

Para dar um exemplo podemos citar Pieper<sup>19</sup>. Este observa que a análise linguística nos mostra como são empregadas as palavras e as expressões morais, mas é incapaz de pronunciar-se sobre o valor e sobre o fundamento dos seus valores. Kraft nota que a meta-ética inglesa considera as prescrições éticas na sua factibilidade, como fatos existentes, mas esquece totalmente o problema da sua validade.

c) *O problema da universalidade e singularidade da verdade moral.*

O problema que devemos examinar agora é o seguinte: Se a Ética é um saber científico, deve configurar-se como um conjunto de proposições universais necessariamente verdadeiras. Um saber desse tipo, nos perguntamos, pode ser verdadeiramente prático, isto é, pode orientar e dirigir efetivamente as decisões morais que a pessoa deve tomar em uma circunstância concreta, totalmente nova e irrepetível?

O núcleo desta objeção está no revelar a distância entre efetivamente subsiste entre o universal e o singular, entre o necessário e o contingente. Tal distância constitui um problema para todas as ciências práticas, e não só para a ética, já que todas as ciências se servem de um modo ou de outro da abstração. Para dar um exemplo vejamos o caso da faculdade de medicina onde se aprende as doenças do homem e não as doenças em particular deste ou daquele homem. De fato, os médicos devem enfrentar problemas particulares como o de alergia que impede o uso de certos medicamentos para alguns pacientes. Isto evidentemente não anula a ciência geral que os alunos devem receber na faculdade de medicina. Situações semelhantes podem ocorrer no campo da ética.

<sup>17</sup> SCHLICK, M., *Problems of Ethics*, p. 29 ss. Vale a pena recordar a avaliação de emotivismo feita por MACINTYRE, A., em *After Virtue*, University of Notre Dame Press, Indiana, 1984.

<sup>18</sup> HUME, D., *An Enquiry concerning the Human Understanding*, Seção Bigga, II edição, 1970, p. 165.

<sup>19</sup> PIEPER, A., *Ética: natureza e liberdade prática. Il problema dell'etica come scienza umana*, Annando, Roma, 1976, p. 56.



A Ética estuda uma realidade enquanto essa deve ser dirigida da razão do ponto de vista do bem absoluto. A Ética se configura, portanto, como um saber intrinsecamente finalizado em direção racional da ação, e constitui um ponto de referência obrigatório para toda decisão que quer ser algo mais que simples arbítrio. Essa decisão é possível mesmo diante de realidades variáveis. São Tomás observa que as realidades singulares podem ser conhecidas não só na sua singularidade, mas também nas suas razões universais, pois as razões das coisas mutáveis são imutáveis.<sup>20</sup> Por exemplo, o que pertence ao conceito de justiça não muda, mesmo se pode variar aquilo que em um caso concreto pode ser considerado levando em conta as circunstâncias<sup>21</sup>.

O grau de praticidade da ciência ética não é sempre o mesmo. Quando se trata de ações que em virtude de seu significado constitutivo tem em si mesma uma conotação negativa, isto é, quando se trata de ações intrinsecamente más<sup>22</sup> a ciência moral não tem necessidade de outro auxílio se não a confirmação experimental que a ação examinada pertence verdadeiramente a esse tipo moral.

A Ética é um saber verdadeiramente prático, não o é, porém, em grau Máximo e tem necessidade de recorrer à prudência, da qual se distingue e com a qual mantém um conjunto de relações estreitas. Cabe a prudência, hábito intelectual e moral ao mesmo tempo, superar a distância entre o princípio universal e a ação moral concreta.

Nesse ponto é preciso chamar a atenção para a chamada *epicheia* que é uma decisão que deve ser tomada em uma circunstância nova iluminada pela prudência, mas que não deve deixar de considerar os princípios da ciência moral.

Uma concepção inadequada das relações entre prudência e Ética é aquela de certas correntes de pensamento que não deixam espaço ao conhecimento moral universal, e que denominaramos "éticas da situação". No agir se obtém de vez em vez a justa síntese entre exigência moral universal e singularidade da situação, síntese cujo valor permaneceria rigorosamente circunscrito à situação concreta na qual surge. Assim a verdade e as normas morais seriam a generalização do que foi intuitivo nas diversas situações concretas, e não o reconhecimento de uma verdade universal encarnada no particular. Parece reconhecer um certo valor a de orientação à ciência moral, mas no momento da decisão essa deveria ceder à intuição, veículo originário do conhecimento moral. A verdade ética é singular, e só como tal é válida em modo absoluto.

Na verdade, na formação do juízo ou guia da prudência concorrem, junto ao saber, elementos de natureza afetiva (hábitos morais, afetos ou paixões).

Se a ciência moral representa a retidão e o desenvolvimento crítico da razão, também a prudência pressupõe e representa a retidão da vontade e dos sentimentos.<sup>23</sup>

A passagem do plano ético (universal) ao da prudência (singular) não se realiza, portanto em um modo automático, nem pode ser concebido como uma operação puramente lógico-dedutiva. A importância do elemento afetivo não depende só do fato que para aplicar o saber é preciso querer aplicá-lo, mas também da necessidade do ver claro na situação singular aquilo que resultava evidente

<sup>20</sup> AQUINO, São Tomás de, in VI *Éth.*, lect. 1, n. 1123.

<sup>21</sup> AQUINO, São Tomás de, in VI *Éth.*, lect. 1, n. 1029.

<sup>22</sup> "Algunas ações não são feitas feitas nem mesmo ao contrário, mesmo que se deve morrer mesmo suportando grandes males". ARISTÓTELES, *Ética*, a Nicomaco, II, 6, 1107.

<sup>23</sup> LITIGIO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 19.

na consideração universal, e por isso ocorre um conjunto de condições que Santo Agostinho chamava de *"ordo amoris"*. Aristóteles acena a algo de muito semelhante quando explica o termo *temperança sophrosyne*, como *sozusan ten phronesis*: a salvaguarda da prudência. Sem temperança não existe prudência, porque é esta última o lugar por excelência onde se cruzam *eînos* e *lógos*, o modo de ser moral e o saber racional.

#### Questionário 1.

1. O que você entende por Ética?
2. Como a Ética se distingue do conhecimento moral espontâneo?
3. Como a Ética se distingue da Teologia Moral?
4. Distinga atos de homem de atos humanos. Quais são aqueles que são objeto material da Ética? Por que?
5. Qual é objeto formal da Ética? Explique.
6. Você concorda com a frase "de boas intenções o inferno está cheio"? Por que?
7. Por que se diz que a Ética é uma ciência prática, espontânea e normativa?
8. Como o positivismo lógico se opõe a Ética como ciência normativa?
9. Como o positivismo lógico linguístico nega a possibilidade da elaboração de uma Ética científica?
10. Porque a Ética é um saber verdadeiramente prático, mas não em grau máximo?

### CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO DA ÉTICA COMO DISCIPLINA FILOSÓFICA.

#### 1. Introdução.

A Ética filosófica e o conhecimento moral espontâneo têm um objeto quase idêntico, mas são duas disciplinas dotadas de estruturas e condições epistemológicas diferentes. Por isso a constituição da Ética como disciplina filosófica é um problema diferente daquele da formação da consciência moral espontânea.

O estatuto filosófico da Ética é um dos problemas mais complexos desta ciência e também um dos mais adaptados a suscitar mal-entendidos.

Uma primeira dificuldade, própria para toda ciência, está na estrutura reflexiva do problema metodológico. O método é a via que uma ciência percorre no seu desenvolvimento. O instinto moral da razão ajuda a descobrir progressivamente a via que melhor se adapta ao objeto de estudo. Distanciar o olhar do objeto para fazê-lo cair sobre si mesmo é sempre uma empresa difícil para a razão, sobretudo quando não se está ainda familiarizado com os problemas éticos "de primeira intenção". Um outro problema de caráter geral é o da ambigüidade dos termos da metodologia filosófica. Vocabulos como "experiência", "indução", "dedução", etc. mudam de significado conforme o contexto filosófico geral no qual são utilizados. Basta pensar no conteúdo diferente que o termo "experiência" tem em Aristóteles e no positivismo. Neste último, experiência é somente aquela que pode ser mensurada empiricamente.

No que diz respeito à Ética, um sério motivo de dificuldade consiste no diferente nível no qual os vários autores põem o problema metodológico. Se falarmos de, "ética empírica" ou de "ética fundada na metafísica", estamos discutindo o ponto de partida da Ética, o modo de introduzir o seu estudo, o modo de obter a última justificação filosófica, ou ao modo de resolver novos problemas éticos (desenvolvimento da ciência moral). O significado real da expressão muda completamente,

dados que isso depende do nível n, que o autor se põe quando fala, por exemplo, de "ética empírica". Basta consultar um certo número de publicações, para descobrir diferenças metodológicas entre autores que na realidade sustentam posições, quase idênticas. Por isso é importante estudar o ponto de partida da Ética, a interpretação e o fundamento filosófico da vida moral e os aspectos mais propriamente metodológicos da ciência ética e de seu desenvolvimento.

De todo modo, a dificuldade mais grave reside talvez no fato que o método de uma ciência depende essencialmente da natureza do seu objeto e por isso os diversos modos de considerar o objeto da ética dão lugar a muitas maneiras de conceber as suas bases filosóficas e o seu método. A amplitude do problema não nos permite de tratar o assunto de modo exaustivo, mas procuraremos obter a justificação crítica do nosso modo de proceder, que se esclarecerá sempre mais durante a exposição do curso.

## 2. O ponto de partida da reflexão ética: a experiência moral.

A ética tem um ponto de partida experimental próprio. O ponto de partida da ética é a experiência de seu objeto: a experiência da moral e a experiência da moral. Como já o fenômeno moral antes de ser objeto da reflexão filosófica é uma realidade conscientemente vivida pelo homem. O problema moral se põe por si mesmo, porque não tem outro ser moral.

Falamos de experiência da moral e de experiência moral.<sup>24</sup> Falamos de experiência da moral, se faz referência às realidades morais, às ações morais (fenômenos espirituais exteriorizados, instituições, atos, atos morais, etc.) conhecidos pela observação externa. As realidades são suficientes para iniciar um estudo psicológico ou sociológico da moralidade, porém seriam insuficientes para a ética se não se fizesse também uma experiência moral. Esta consiste na atividade espiritual com a qual a nossa razão prática dirige as ações voluntárias do ponto de vista do bem absoluto. É a experiência da deliberação moral, não qual interviria com ações éticas pré-científicas de caráter unívoco, e de caráter particular, com julgamentos no redor da validade e conhecimento dos atos e das suas consequências: é também a experiência do senso de dever e da consciência da satisfação ou da culpa, etc.

Deve-se fazer uma observação importante: a consciência moral, com sua vida e condições históricas, sociais, educativas, ideológicas e filosóficas (determinantes concepções do homem ou do mundo) que podem deformar a consciência e o sentido mesmo de uma ação moral, também nos "casos limites" e se manifesta, mesmo se permanece sempre aguçado o seu significado genuíno da experiência moral, pode levar a essa deformação.

O papel da experiência moral na metodologia ética é, portanto, extremamente complexo. Se a experiência moral é a fonte primeira da reflexão ética, a experiência é também fonte de erros e de erros, não porque seja enganosa em si mesma, mas porque os preconceitos pessoais, sociais, ideológicos, etc., que muitas vezes torcem e forçam a interpretação da experiência moral. Esses erros devem ser corrigidos pela ética, mas esta não dispõe de outros meios para agir que não seja uma reflexão crítica da experiência mesma à luz dos princípios próprios os práticos, que estão no interior da experiência moral como parte constitutiva. Entre a experiência moral e a reflexão ética se estabelece assim um círculo, não vicioso mas vital, ou seja um círculo que permite superar os erros e de hierarquizar de novo entre os diversos pontos de vista.

<sup>24</sup> WOLFF, A., Karol, *Il problema del convincimento nell'etica e l'ordinamento dell'ordine etico*. CISCO, Bologna, 1930, pp. 1-36.

Dizer que a ética filosófica não faz ou tenta que justificar ou precisar o que já é dado por certo sobre o plano prático-normativo, não significa fazer uma crítica à filosofia moral. Isto quer dizer apenas que a ética concorda com seus pressupostos prático-científicos. Deve-se notar que a experiência moral, exatamente porque é ponto de partida da ética, não esgota esta última (não se pode admirar uma espécie de positivismo na experiência ou, da vênica moral) compete a reflexão ética a interpretação e a fundamentação filosófica dos conteúdos de experiência ética e do sentido mesmo da experiência moral.

### 3. Interpretação e fundação filosófica da moral.

Se a moral vivida e experimentada (experiência moral) constitui o ponto de partida da reflexão ética, a articulação sistemática dessa reflexão a partir de uma base filosófica de ordem geral (interpretação e fundação filosóficas da moral) é o momento no qual se decide definitivamente a sorte da ética filosófica.

Os fatos morais são os mesmos para todos a sua interpretação filosófica, porém é muito diferente. Nesse sentido, pensamos somente em soluções particulares dadas aos problemas especificamente éticos (conceito do bem, moral, natureza e influência das virtudes, aceitação ou rejeição de determinadas normas morais, etc.), mas sim na base filosófica de ordem geral a luz da qual estes problemas são submetidos e resolvidos diferenciando os diversos sistemas ético-filosóficos. A diferença mais profunda entre os diversos modos de fundar filosoficamente a vida moral está, então, na ideia mesma de fundação filosófica, isto é, na resposta que se dá à seguinte pergunta: o que significa fundar filosoficamente um fato se trata de um fato histórico ou um fato moral? A resposta é que a ética pode ser abordada em modo adequado somente baseando-se sobre a filosofia da ser, e o nosso objetivo imediato será aquele de explicar quais são as características dessa base, e no que se distingue das teorias filosóficas que tem como objeto as fundações empíricas, transcendentais e fenomenológicas da moral.

### 3.1 A fundação empirista.

Podemos tratar brevemente a fundação empirista, porque já conhecemos as suas principais consequências para a ética. O único mesmo extenuante é que não é feito inteiramente e em modo direto pelos sentidos. Partindo de lá, esse, dizíamos, não parece possível fundar racionalmente princípios éticos ou verdades de validade universal ou absoluta, e, portanto, a ética começa e termina no estudo da lógica do raciocínio ou da razão moral.

Não obstante, que se fale e se escreva de uma "fundação filosófica emprista da ética" expressão que se pode compreender simplesmente se não esquecermos que por "fundação emprista filosófica" frequentemente significa análise, pois o método emprista é análise, não o emprismo clássico a análise é passo de já, logo, sobretudo é instigação.

A filosofia apalica atoa é uma filosofia ngística, o que não significa Filosofia da linguagem.<sup>2</sup> Não se podem distinguir três periclos o do atomismo antigo (Hicane) o do atom-

Soares e a ligação entre filosofia linguística e filosofia da linguagem. Filosofia linguística tenta resolver problemas de filosofia considerando o uso de palavras, significados e outros elementos da linguagem. A filosofia da linguagem, por sua vez, procura de oferecer as descrições filosóficas ou fundamentadas sobre certas características da linguagem.<sup>23</sup> FAR, P., *Acervo da UFRJ*, Rio de Janeiro, 1986, v. 3, 4.

positivismo lógico. Círculo de Viena e o da análise da linguagem ordinária (Wittgenstein). A diferença está no modo diferente de expor como a linguagem significa o mundo.

O interesse com a linguagem e qual a potência ascender algo de incontrolável. O problema que o empirismo coloca é: tanto na linguagem ordinária quanto na linguagem científica usamos conceitos (a na, bem, etc.) e quando falamos de relações (causalidade, finalidade) não há correspondência precisa às sensações. Para esse sistema seria apenas um modo cómodo de referir-se a um conjunto de experiências sensíveis.

A saber, portanto, seria reconduzir estas palavras a experiências sensíveis das quais procedem e que constituem a verdade. Para dar um exemplo podemos citar uma expressão: "A época moderna é materialista." Depois de uma análise se deveria conduzir o universal "época" ao singular "pessoas". Assim a expressão corrigida seria: "Existem muitas pessoas atualmente vivas que têm convicções materialistas enquanto são poucas ou nenhuma também vivas, que não têm convicções materialistas." Outro exemplo seria: "o homem é imortal." Seria analisada e reconduzida a expressão "todos os homens que conhecemos até agora morrem."

Essa análise se torna particularmente problemática no caso das proposições morais. Por exemplo, "O aborto é sempre moralmente mau." A que fatos sensíveis se pode reconduzir e "ser moralmente mau"? Os empiristas propõem as seguintes soluções:

- 1) Para o positivismo lógico de Ockham ou vontade do Estado no positivismo jurídico (filosofia voluntarista da moral) a obrigação moral seria sempre exterior ao homem. A vontade de Deus não tem nenhuma ligação com a natureza humana e com o bem da pessoa.
- 2) Para o psicologismo duas dessas formulações concretas obedecem aos mecanismos psicológicos que tem como fundamento uma profunda consciência individual, ou social se entra em jogo o sentimento da sympathia. Contudo, o bem-estar social ou individual, são vistos como presença de prazer e ausência de dor. Ser moralmente mau, dependeria desses interesses.
- 3) Para o emotivismo ético não há fundamentação racional para a moral. A obrigação moral, se se admite, receberá na prática uma função utilitarista.
- 4) Para o utilitarismo sempre o caráter específico de bem e mal, morais, isto é, de mau próprio do homem enquanto é um ser espiritual e livre. Não é possível fugir de modo adequado a obrigação moral, seja porque o desejo de felicidade é visto como um simples fato psicológico ou natural que não admite uma explicação posterior, nem de tipo transcendente, seja porque a ideia de felicidade do utilitarista é uma ideia de prazer moral, de felicidade, no máximo de prazer e ausência de dor. Formase assim uma moral relativista na qual a busca de felicidade será baseada naquilo que dá prazer a todos, o que interessa a todos. A moral, assim concebida exclui as existências de normas éticas e de valores absolutos e universais. Contudo, segundo Kant a finalidade é o princípio pelo qual a vontade deve mover-se.

### 3.2. A fundação sobre a base filosófica do ser e a fundação transcendente

A filosofia transcendental tem origem com Kant e terá seguidores na reflexão filosófica como também no saber do século com Rahner. Já a filosofia do ser e aquela conhecida como existencialismo filosófico. Seu representante mais significativo é São Tomás de Aquino.

- a) Dois pontos de partida máximos

Fundar uma realidade significa fazer presente seu fundamento. O que nos interessa aqui é a vida ou a experiência moral. Para Kant essa experiência é a necessidade prática e absoluta de responder à situação na qual se encontra aqui e agora com uma certa ação. Por exemplo se passo por uma estrada e vejo uma pessoa ferida em um acidente de automóvel e assim sou uma chamada categoria para ajudá-la, independente se me interessa ou me sinto incomodado. Tal necessidade prática é o que Kant chama de dever. São Tomás preferia descrever o fato moral, que deve ser explicado filosoficamente, com as seguintes palavras de São Paulo: Quando os pagãos que não tem a lei, por natureza agem em conformidade à Lei, apesar de não ter a Lei, são lei para si mesmos, portanto os diáconos da Lei estão escritos no seu coração. Estes dão testemunho a consciência deles e seus pensamentos que os julgam e ora lhes defendem<sup>26</sup>. O que deve ser explicado aqui não são os atos formulados espontaneamente pela razão humana, os quais que ficam moralmente ausentes às ações.

#### b) As tipos ações filosóficas realista e transcendente.

Sobre o plano filosófico e fundamentos e o ser por isso toda fundação filosófica, ao menos se e realista, percorre um modo de ser ou o caminho do ser. O problema, como já havia notado Aristóteles, é o que o ser se diz de muitos modos. Para o nosso caso basta recorrer à observação tomista que o ser significa de uma parte o ato de ser (*actus essendi*) e o ser *ut actus* ou, se preferirmos, o ser como ato existencial ou de realidade. De outra parte, ser significa também a composição do sujeito e predicado realizada pelo agente, isto é a verdade da composição atualizada pelo pensamento. O ser *ut verum*, como verdade ou, como linguagem mais atual, *ser veritatem* (veritativo).<sup>27</sup> A diferença fundamental entre as duas ideias de ser e filosofia transcendente, é essa. A primeira respecta, no processo de fundação a natureza amplificada sem a atuação do ser. A segunda, os seus dois significados e a sua articulação, ou seja, o ser real é o fundamento de *ser com* a verdade. Já a filosofia transcendente, restringe a semântica do ser, considerando este último somente como verdade, isto é, na sua presença diante da subjectividade cognoscitiva humana tal.

Para a filosofia do ser, fundar filosoficamente um fato de experiência (o fato moral) significa explicar a realidade (a existência) de tal fato através da sua realidade ou existência. Trata-se de reconhecer que a coisa tem existência. "*extra mentem*" é preciso explicar fundamentamente porque é assim, e não porque eu posso conhecê-lo. A filosofia do ser não esquece da existência "*intra mentem*" das coisas, mas uma é ser como ato existencial (*actus essendi*) e outra é ser como verdade (*verum*), ou se preferirmos, o ser enquanto conhecido, a interajacção humana vai, intencionalmente ao ser real.

A filosofia do ser sustenta ainda que também se trata de ser verdadeiro, ter existência extra mental, ser conhecido, são condições que não implicam o mesmo atribuem o mesmo fundamento. Uma coisa é ato de ser enquanto real, ou, ser conhecido. O ato de ser enquanto conhecido é aquele que provém da atividade cognoscitiva e o seu fundamento é a causa desde a autogênese de mensurar-se intencionalmente a coisa real, para a qual buscamos que o ser é verdadeiro. O ato do conhecido enquanto conhecido vem da operação cognoscitiva, e não do ato de ser e nesse sentido se sustenta que o ser não equivale ao ser percebido, contrariamente a quanto se afirma no deísmo gnostológico de Berkeley: o ato pelo qual alguma coisa existe é de fato diferente do ato pelo qual alguma coisa é percebida.

Orá, na filosofia do ser o processo de fundação segue a linha das causas sobre o plano do ser real, e assim atinge em últimos termos a Deus Criador. Causa primeira do ser seja dos entes da

<sup>26</sup> Romanos 2. 14-15.

<sup>27</sup> AGUIÑO, São Tomás de, II, *Summa Theologiae* I q. 7, a. 4. ad. 7.

natureza, que age(n) segundo o determinismo das causas físicas, seja das realidades espirituais, que age(m) livremente. Naturalmente não existe uma mesma medida entre as seres espirituais e aqueles que não são espírituais. Tudo isso nos faz ver o valor da antropologia que nos faz a de uma originadação no ato de conhecer humano.

A filosofia transcendental, ao contrário se concentra somente no ser com o verdadeiro, sobre o ser enquanto presente a consciência capaz do conhecer. A filosofia de Kant se propõe a explicar o "ser conhecido" das coisas, não a sua existência real.

O papel que a reflexão transcendental dá a si mesma consiste, portanto, no explicar as condições de possibilidade do "ser objeto-conhecido" enquanto presente a consciência que pode conhecer. Se trata de explicar quais são as estruturas do espírito que fazem possível o saber. O método transcendental é uma reflexão sobre estruturas subjetivas de possibilidade de manifestação do objeto (natureza e moral) à consciência (consciência ciente, fica a consciência moral). A fundação transcendental procura individualizar as estruturas do espírito que explicam o objeto enquanto presente, isto é que explicam a presença do objeto à consciência. A fundação transcendental não quer explicar a existência do objeto, mas a possibilidade do nosso saber de conhecê-lo, se preferirmos a existência da coisa para mim. Somente esta "existência para mim", o que interessa, também se a existência real (a do seu em si) não é negada.

Uma teoria parece legítimo querer explicar o ente enquanto conhecido, em termos de operação cognoscitiva, pois é o que corresponde adequadamente à distinção entre at. de ser e ato de conhecer (*apriorismo surge quando a fundação gnostológica se transforma sem dúvida na única fundação filosófica, porque então se está afirmando implicitamente que o "ser conhecido" (ser objeto do conhecimento) é único ser. Se pressupõe, portanto, uma identidade entre ser, conhecer e ser conhecido*

#### c) Algumas consequências ético-antropológicas.

Na filosofia transcendental existe a impossibilidade de falar do espírito humano e dos fenômenos morais em termos de natureza. A inteligibilidade do mundo físico e um produto das ciências físicas, um produto do espírito humano. Este último não é criador da materialidade das coisas, e todavia, confere a esta materialidade o significado inteligível, pensando-a segundo a forma e os conceitos *a priori*.

Essa ausência presente um dualismo entre natureza e espírito e a entre natureza e pessoa. Esse dualismo faz impossível, ou, ao menos, muito difícil a elaboração de uma antropologia material, cuja importância na ética é fundamental. Para a filosofia transcendental faltava falar de uma "lei moral natural".

#### d) Por que o método transcendental?

A filosofia transcendental representa a resposta de Kant ao racionalismo gnóstico, ao o cientismo teórico na qual, termino, especia mente com Berkeley e Hume a interpretação empirista da realidade. O ponto de força da crítica em p. sta é a constatação que as hipóteses universais e os conceitos de relação causalidade, por exemplo, não são dados amplamente pelas ciências não são dados diretamente pelos sentidos (com. v. tros só na validade para ciência no que é caso diretamente pelos sentidos). Desta afirmação se passava a afirmar que tudo aquilo que não é dado da experiência sensível não é realmente resultado de um hábito mental *passivo*, fundado subjetivamente nas leis de associação psicológica que unem e conectam as percepções.

Não se admite assim que o espírito, elaborando as noções complexas, tenha a sua medida intencionalmente na realidade.

O preço pago por Kant na sua operação de resgate do saber científico é o idealismo transcendental (o conhecimento dos fenômenos não poderá ser considerado como rigorosamente intencional, com o ser real das coisas) e a impossibilidade de um saber científico sobre realidades inacessíveis à observação sensível. Por essa última razão a teologia natural torna-se impossível para Kant, isto é o conhecimento racional de Deus, que para ética clássica tem grande importância. São possíveis no entanto as ciências da natureza que são elaboradas com o racional oferecido pelos sentidos com adequação aos conceitos a priori, sobretudo aquele de causalidade, já que a ciência é um saber através as causas uma explicação causal.

e) O fundamento ético.

A filosofia do ser desenvolve o processo de fundação percorrendo as vias da causalidade e da participação, vias que dão razão da ser como ato existencial das coisas (*actus essendi*), ao chegar a Deus Criador. A verdade da Criação e o vertice da metafísica e o início da teologia natural, a ética considera tal verdade como já estabelecida por estas duas ciências.

Recordamos que é possível não tomar a fundação ética na linha do ser real, como faz a filosofia transcendental, mas nesse caso temos apenas duas alternativas: ou a eternidade do ato substantivo da matéria, a qual a evolução casual teria cada lugar no que agora vemos, ou a ação criadora de um ser inteligente. A primeira não consegue oferecer uma explicação, e nos condena a viver em um mundo sem sentido, onde a casualidade é tudo enquanto a razão e o amor não são nada. A filosofia do ser considera verdadeira a segunda possibilidade, e o que comportará a nível ético o que a capacidade do homem de regular moralmente a própria conduta será explicada *em último termo*, com a participação do ser racional, ligado à imagem e semelhança de Deus, submetido à ordem do ao projeto finalizador da inteligência criadora.

A razão humana e prática (moral) por participação, e esta participação na ordem, lugar da inteligência criadora se chama "ética moral natural". O nexo de participação natural entre inteligência humana e inteligência divina se estabelece fundamentalmente através dos canais dos primeiros princípios morais deduzidos por um método intelectual chamado *stnderest*; bi a natureza da pessoa humana, na sua totalidade psicofísica, que é regida pela inteligência criadora, e a consequência direta de racionalidade moral e de inclinações morais, que a razão humana deve descobrir com cuidado porque a racionalidade moral não pode ser sempre estabelecida de modo direto e automático a partir da racionalidade como a ciência positiva: biologia, psicologia, etc.

O que Deus quis com a criação não é só a criação da pessoa já é, mas a completa realização do destino pessoal, isto é a plenitude da pessoa que atinge a infinita aspiração do conhecimento e do amor posto nesta plenitude pelo autor. Este move a pessoa humana na sua qualidade de imagem, é chamada a ser participante da obra da criação. A participação é comunicação verdadeira, mas real de quanto é mais do próprio Deus e da sua excelência. O ser livremente criador e por isso constitui um fim, o de o qual determina o plano moral de existência humana.

É par consequente importante entender que a finalização divina é intrínseca ao ato criador, ou seja, Deus quando cria já estabelece o fim último da criação. Na realidade criar e finalizar se identificam em Deus. O que o Criador é uma finalização intencional na natureza é uma finalidade interna e estrutural. O fim não pode, portanto, ser definido independentemente das ações através das quais se alcança. O fim humano não pode ser definido independentemente da virtude porque tal fim é o mesmo intento do exercício da virtude, de modo semelhante



como a caça é o fim do caçador só enquanto caçada, e só é, em quanto obtida através da caça, e não de outro modo.

Se observarmos a reflexão transcendental, vemos que desenvolve coerentemente a sua própria ação ética, vê a conexão última de possibilidades da moralidade numa estrutura particular do espírito. É a estrutura que Kant designa como autonomia da vontade, e que consiste no fato que a razão humana é *imediatamente* prática (prática enquanto razão pura, sem a mediação da abertura ao ser e ao próprio fundamento), sendo tal capacidade prática sempre participada e completamente sem ser causada. A reflexão transcendental não pode ir além. Do intencional não se pode dar explicação causal (significaria introduzir no determinismo das causas naturais o, portanto, fazer desaparecer a liberdade e a moralidade), e a pergunta sobre o porquê a razão prática seja prática não se pode dar resposta. A moralidade (a consciência do dever) é um fato, um *factum rationis*, e a sua única explicação possível é, segundo Kant, a autonomia da vontade. Isso é a capacidade da razão em ser a conduta independentemente das causas naturais e psicológicas. A causa pela qual isto acontece não pode ser compreendida pelo homem. A análise kantiana da moralidade chega a postular a existência de Deus, o qual realizaria a concepção final em face à ordem da moralidade e à ordem da realidade natural (concepção em face à virtude e prazer). Mas a ordem moral (a virtude, caráter de obrigação, motivações morais) é totalmente independente do todo da representação de Deus (a lei moral). O resíduo de metafísica admitida por Kant, os três postulados da razão prática (são o termo no qual se alcança através da ética, na sua estrutura fundamental metafísica).

### 3.3 Principais aspectos da metodologia ética

No comentário a Ética a Nicômaco, São Tomás vê o método da ética, enquanto ciência, e prática, na composição. Esta consiste na humanização das realidades e das situações particulares e complexas através da aplicação dos princípios éticos mais simples e universais, não se trata de um processo lógico-dedutivo, pois compreendo também a ascensão dos conhecimentos experimentais à experiência do passado, etc.<sup>26</sup> Refletido sobre o que fazemos quando pesquisamos a solução de um novo problema ético, por exemplo, diante de uma nova descoberta da medicina, nos damos conta de querer individualizar dos os princípios todos quais e preciso valor-se e depois de querer compreender o significado ético de tal prática à luz de tais princípios. Frequentemente é necessário harmonizar diversos princípios que podem também aparecer em conflito e dar conta dos diversos dados de fato. Contudo o nosso garzo ético será sempre egípcio, não se está fundado sobre princípios justos e razoáveis. Quem quisesse, ao fixar um comportamento que instrumentaliza os valores pessoais, sustentando que tal comportamento resulta do que satisfaz um desejo subjetivo, poderá estar certo de não ter caído a nenhuma justificação ética a seu favor.

No comentário citado de São Tomás à Ética de Nicômaco, o autor sustenta que a ética deve proceder “figurativamente” ou “verisimilmente”. Isto significa que o raciocínio ético se dirige a “termos livres que sentem seja a atração do bem seja a atração daquilo que parece como bom (bem aparente)”. O raciocínio ético não deve só ser objetivamente válido, mas deve parecer válido<sup>27</sup> deve ser persuasivo. Isso exige uma alta sensibilidade para as condições subjetivas de cada caso, e constitui sem dúvida um desafio para quem cultiva a ciência moral. Não se deve esquecer que toda a ética, exprime a verdade sobre o bem da pessoa e tem valor por si mesma e não em virtude com um acordo com os nossos anteriores. É positivo e desejável uma pesquisa coletiva da verdade, mas querer fundar sobre o consenso coletivo normas válidas

<sup>26</sup> Cf. AQUINO, São Tomás de, *Ética*, lect. II, n. 35.

<sup>27</sup> Marco Antonio

em si mesmas é um projeto contraditório: as normas éticas ou tornam-se o por si mesmas (para as suas verdades) ou têm valor em virtude do recíproco acordo. A ética procura a verdade e não só a persuasão. A persuasão sozinha é o objeto da retórica.

### 3.4. Falsas concepções acerca da moral em âmbito teológico.

#### 3.4.1. Moral de atitudes<sup>10</sup>.

Essa corrente afirma que "o importante é a atitude que habitualmente o homem tem para com Deus, e não os seus atos isolados". Para essa corrente o que é realmente necessário é que o homem faça uma opção fundamental de compromisso de fé e amor a Deus. "Os atos singulares não têm relevância, e não há distinção entre pecado mortal e venial". O cristianismo não é uma moral, segundo eles, mas uma doutrina de salvação. Assim "se a opção fundamental é Cristo, não se deve dar importância às obras concretas que se pratiquem".

O erro fundamental dessa doutrina consiste em esquecer que a liberdade do homem é a liberdade limitada de uma criatura finita pelo Pecado Original, nada no tempo e no espaço. Por isso não se deve realmente por Deus em um segundo plano uma opção fundamental, mas sim ao longo da vida. Essa doutrina foi defendida sobretudo por Mariano Vila e condenada pelo Vaticano. Vejam o artigo abaixo<sup>11</sup>.

Vaticano censura obra de teólogo espanhol

PAULO DANIEL PARANHOS  
DA REDAÇÃO

Em questões de moral, a Congregação para a Doutrina da Fé, a voz da ortodoxia católica, presidida pelo cardeal Joseph Ratzinger, não aceita inovações. O teólogo espanhol Mariano Vila García, ex-diretor do Instituto Superior de Ciências Morais de Madrid, e professor de dogmática moral na Universidade Pontifícia de Comillas, teve de retribuir seus escritos, deturpados no Vaticano.

A desaprovação foi manifestada pelo autor em corrigir os erros e as ambiguidades que se apresentaram em alguns dos seus escritos se concretizam, finalmente, para a salvação de todos, na obra ação de redator em especial, a obra intitulada "Moral de Atitudes" e à supervisão desta Comissão Pastoral", diz em dois parágrafos do comunicado emitido na semana passada pela Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé.

"De seus numerosos escritos, apenas alguns deverão ser reabrevados, segundo o próprio autor, ao se comprometem a fazer", afirma a comissão que atua pela ortodoxia católica na Espanha.

Redutorista, Vila García, 64, é um dos teólogos mais proeminentes da Espanha, cuja obra é estudada em diversos países de maioria católica, incluindo o Brasil. Antes pertenceu à Associação dos Teólogos, nº 23, de caráter progressista, mas a abandonou para evitar conflitos com a Santa Sé.

Sobre a masturbação, por exemplo, o teólogo diz que "a avaliação moral cristã não pode continuar a se apoiar no esquema de uma antropologia sexual pre-urbana, fixa e ultrapassada".

Vila afirma que "os federais dos séculos 12 e 13" condenam a "masturbação como um ato que vai contra a finalidade própria concebida por Deus ao sermos humanos". Espera-se que "utilizar este é o contra a própria natureza" do clero. Para Vila: "não se deve admitir que se fundasse a moralidade da masturbação em meros e argutos entes que atualmente carecem de valor científico".

A respeito do homossexualismo, Vila alega: "não cabe a reflexão moral criar

<sup>10</sup> SADA E MONTUÏ, *Curso de Teologia Moral*, Rio dos Livros, 1980, p. 185.  
<sup>11</sup> [http://www1.bolton.com.br/bsp/pt/000001\\_052001\\_001.htm](http://www1.bolton.com.br/bsp/pt/000001_052001_001.htm)

condições -que seriam fictícias- de juízo abstracionista e "condenatório". Segundo o.e., a tarefa é a de iluminar as pistas de uma autêntica realização humana, partindo da condição homossexual<sup>2</sup>.

Em 1961, "Diccionario de Moral", diz: "Como orientador contra a homossexualidade? Nem como doença nem como simples variante da sexualidade. Mas como a condição sexual, não doença de uma pessoa que entrou no processo de a formação. A condição sexual não inclui, por si, nenhum traço de patologia somática ou psíquica". Os métodos contraceptivos, para o "excesso espanhol", "não podem ser considerados meios fictícios para contrariar a naturalidade, mas são moralmente aceitáveis em situações de maior novidade quando é impossível recorrer a outros meios".

Ao divulgar os resultados do processo a que foi submetida a obra de V'da desde 1997, o Vaticano emitiu um comunicado marcado por adições de "um bigudismo" e "circo".

dogmaticamente conservador, o papa João Paulo II, que completou 81 anos em 2002 e é essencialmente a "santidade do casamento" disse que a Igreja não aprova relações sexuais antes do casamento e que o sexo deve ter fim na reprodução.

### 3.4.2. Moral de situação<sup>3</sup>.

"A bondade ou a má, e a da ação não é dada por uma lei universal e imutável, mas é determinada pela situação em que o indivíduo se encontra". Pretende-se, pois, fazer do estado antinómico ou circunstancial a moralidade da ação.

Neste erro se ca, quando se usam expressões como "para você, agora, isso não é pecado". Contra esse desvio, a doutrina católica ensina desde sempre que a primeira razão de ser da moralidade é dada pela própria ação. Há ações graves e outras, há de situações, mais de qualquer natureza. Mas ainda, pode haver circunstâncias em que o homem tenha obrigação de sacrificar tudo, incluindo a própria vida, para salvar a alma. O amigo não se pode ajudar a calhar.

A moral de situação, que había sido condenada por Pio XI por ser relativista y antiescuela pretende ahora resucitar de manos de ciertos moralistas y miembros de episcopado que andan muy lejos de la Moral católica tradicional. Cuando en la actualidad se nos quiere hacer creer que el adiunismo puede ser justificado bajo ciertas condiciones y que el adulterio puede acceder al sacramento de la Eucaristía, no es sino el nuevo intento de dar vida a una moral, que está en las antipodas de los principios cristianos del bien y del mal, y que no hace otra cosa que anteponer a la verdad de hombre a las leyes de Dios.

Al hablar de esta moral de situación convier y restringe en re dos manifestaciones diferentes, al que mayor ligadura encierra una especie de existencia, antinómico, que exagera el valor de la situación, de las circunstancias en o obrar o no, de una, a negación de toda norma moral, objetivo que hace de "moral" a única regla moral en cada circunstancia concreta. En primera la analizada criticada por Pio XII en su discurso de 18 abril 1952, a segunda, o b "moral de situación", es la que está presente en la llamada teología de la secularización.<sup>4</sup>

### 3.4.3. A "Nova Moral".

A alguns autores consideram que a Moral tem como fim a "realização do homem", e parece que esqueceram ou não tem em conta que a tal realização só é possível na plenitude da vontade do homem, por amor, e na vontade divina. Para eles o homem só existirá na sua despersonalização, ou seja, em obediência contínua. Por isso negam a lei natural, isto é, o que é

<sup>2</sup> SAID F. MOYKOY *Curso de Teología Moral* (Rei dos Livros, Lisboa, 1980).

<sup>3</sup> <https://adrianetide.com/2019/01/moral-de-situacion-una-moral-anti-cristiana/>.

que qualificam como Mora, fecunda, a qual contrapõe uma Moral abstrata, dependente da Psicologia, da Sociologia, da Biologia etc. Essa Nova Moral fabricará as suas normas concretas segundo critérios ácidos de lugar e tempo, se um preceito impede, na situação de felicidade de um homem, e se o seu desatendimento não traz prejuízo a ninguém, desprezar essa norma não apenas não será pecado, mas será ato virtuoso. Isso se aplica sobretudo a pecados contra o sexto e o nono mandamento.

Essa forma de pensar nega a natureza humana imutável, criada por Deus com características próprias, desde o primeiro ao último homem. Vê-se que cores deturpa as normas morais como obstáculos ao exercício da liberdade, quando na verdade é o contrário. Os mandamentos, por exemplos, não são obstáculos à vida moral, mas um roteiro que ajuda a encontrar o bem do homem.

## Questionário 2.

1. A experiência moral é o ponto de partida da reflexão moral, contudo a consciência moral é sujeita a condicionamentos históricos e sociais. É tão certo fundar uma metodologia para a Ética?
2. O que dizer da fundação empírica da moral?
3. O que é a imposição filosófica moralista?
4. O que é a imposição filosófica transcendente?
5. Quais são as consequências ético-antropológicas de uma imposição ética transcendente?
6. Qual o fundamento último da moral. Como chegar a ele?
7. Por que a ética procura a verdade e não só a persuasão?
8. O que dizer da Moral de atitudes?
9. Há de fato uma Moral de situação? Explique.
10. Por que a Nova moral nega a natureza humana?

## CAPÍTULO III - RELAÇÃO DA ÉTICA COM OUTRAS DISCIPLINAS

### 1. Ética e psicologia

Entre Ética e psicologia experimental (psicologia com ciência positiva) existem relações estreitas. A psicologia estuda as faculdades humanas e as suas operações junto às condições e aos movimentos que explicam o seu funcionamento. Muitas das realidades estudadas pela psicologia experimental são objeto da ética como ações livres, os hábitos, os sentimentos, as emoções, etc. Do mesmo modo, os fenômenos morais tais como remorso, conversão, etc. são aplicados na psicologia. Assim a Ética pressupõe a psicologia, enquanto pressupõe aqueles conhecimentos que são a psicologia pode oferecer de modo científico. Basta pensar, por exemplo, na influência da infetividade sobre a ação livre do homem. Ou ainda, nos condicionamentos psicológicos, ao menos passivos, dos quais pode ser sujeito o comportamento humano.

É preciso deixar claro, porém, que a Ética e a psicologia têm objetos formais diferentes. A psicologia estuda a natureza e a origem dos atos livres do ponto de vista das suas leis naturais, em relação às quais se fala de saúde ou doença, equilíbrio ou desequilíbrio. A psicologia e fundamentalmente uma ciência descritiva, que explica alguns atos mediante outros, também concretos como saúde ou doença, norma ou anormal, etc. implicam em uma certa atividade e avaliação. Já a Ética estuda as ações livres enquanto prescritas por um ordenamento através de regras, segundo a qual essas ações são boas ou ruins. Por essa diferença de objetos formais não seria lícito à psicologia procurar dominar e resolver a ética (diversas formas de psicologismo), colocando a legalidade moral à prova psicológica (pretendendo compreender o bem moral sob a luz

da saúde psíquica e o pecado naquela do desequilíbrio). O psicologismo tende a sustentar que os fenômenos morais não têm outra natureza senão a dos sentimentos, reações psíquicas de aprovação, resposta a determinados estímulos, etc. As interpretações psicológicas acabam facilmente com o negar a originalidade dos fatos morais, explicados simplesmente como interiorizações de insulações externas (da figura paterna, das normas sociais, etc.).

A relação íntima existente entre psicologia e Ética torna possível uma frutífera colaboração, mas pode também ser ocasião de problemas e mal-entendidos para ambas. Esclarecendo certos pontos, a Ética deve prestar atenção a quem o a psicologia diz a respeito do ser do homem. O moralista não pode ignorar, por exemplo, as reflexões das paixões e forças e mecanismos neurológicos do caso; e o de certas reações psíquicas diante dos ideais éticos e o de outros elementos como idade, sexo. Ignorar estes fatores significa a formação uma ética abstrata e desencarnada, como tendo a ser a ética kantiana do dever para o dever. Aqui está a importância, da outra parte, que a psicologia ofereça dados certos e precisos a Ética.

As relações entre Ética e psicologia põem em prática não poucos problemas. Isto é devido entre outras coisas à tendência da psicologia de transformar-se em ciência psicológica isto é, em teoria explicativa geral de caráter filosófico ou antropológico. Ocorre que boa parte das anormalidades psíquicas não são explicáveis, ao menos no estado atual da ciência psíquica, como uma simples desordem orgânica, e muito menos o tratamento farmacológico resolve todos os problemas, se propõem diversas interpretações teóricas. Agadas, numa maior ou menor medida, a um procedimento terapêutico. A formulação dessas interpretações obedece, em boa parte a uma concepção filosófica, de acordo com a qual são organizadas, completadas e interpretadas de acordo com os dados adquiridos na prática clínica. Assim surgem diversas escolas de psiquiatria.

- a. Psiquiatria biológica/psicodinâmica Freud, Hartmann, Jung, St. Ivan, Adler
- b) Psiquiatria comportamentalista Watson, Skinner, L. P.iman
- c. Sócio genética Laing, Cooper, Szasz
- d. Periconológica Jasper, Von Gebsattel, Binswanger

As relações entre psicologia e ética são prejudicadas em particular, pelo dualismo antropológico proposto na filosofia transcendental. As ciências positivas pós-kantianas se mostram facilmente disponíveis a aceitar uma imagem determinista e mecanicista da realidade, no nosso caso o psiquismo humano, pois considera como dever da explicação científica a determinação das condições necessárias entre fenômenos (por exemplo entre motivação e ação) que possam prever e curar. Freud estava convencido que o dever psíquico é integralmente sujeito ao princípio da determinação<sup>14</sup>. A psicologia fica exposta ao risco de extrapolar dados clínicos, como sucedeu da constatação que o sentimento do culpa em um indivíduo patológico, se passasse a atribuir tais condições patológicas a consciência da culpa em geral. A dificuldade aumenta se, da parte da filosofia, a liberdade é entendida como absolutamente incondicionada (Sartre); a desconfiança, da parte da psicologia, dos dados evidentes e dos condicionamentos da realidade humana tende a ser interpretada como uma prova da sua inexistência.

No fundo de todas essas dificuldades reaparece o problema mencionado na filosofia transcendental a tendência da boa parte da ciência da visão do homem moderna de euphorar uma antropologia dualista. O homem, na verdade, é um ser unitário e pluridimensional, unidade de matéria e espírito. As ciências positivas podem, assim, tentar entre as diversas dimensões da pessoa, e as estudar separadamente. Se essa separação metodológica, não é enquadrada em uma antropologia íntegra,

<sup>14</sup> FREUD, S. História da psicanálise em três volumes, 1967 vol. IX p. 62

subordinando-se a essa – se corre o risco de dar origem a múltiplas concepções parciais, que perdem a unidade e a integridade específica da pessoa humana enquanto tal. O problema se agrava na medida em que essas concepções parciais formulam critérios práticos sobre o comportamento humano.

## 2. Ética e Sociologia

A Ética e a sociologia cometem em parte no objeto material. Dizemos em parte porque não toda a Ética, mas a ética social que tem como objeto material a sociedade, ou o comportamento do homem em sociedade, mas no objeto da sociologia. Contudo Ética e sociologia se diferenciam no objeto formal. A sociologia positiva descreve, classifica e mede os fatos sociais mediante métodos em píricos, estatísticas, questionários, gráficos, etc., e nesse modo estuda também os aspectos sociais do comportamento moral. Assim toma em consideração e contribui para a construção de um tipo que faz uma sociedade e em um tempo determinado, mas permanece fora das suas possibilidades metodológicas estabelecer aquilo que os homens devem fazer, mesmo se pode indicar as possibilidades de escolhas presentes e as suas respectivas consequências. Vale a pena recordar como vimos na concepção sociológica, em particular de Levy-Bruhl, que a ciência deve apenas afirmar aquilo que é, e não aquilo que deve ser. Por isso é que permanece fora do campo da sociologia qualquer proposta de estabelecer o que os homens devem fazer.

O estudo da sociedade ou do homem como agente social, precede o nascimento da sociologia positiva. Obras como a *República* de Platão, a *Ética* de Aristóteles, a *Quando de Deus* de Santo Agostinho, os *Discursos* de Maquiavel, ou a *Ciência Nova* de Vico contém amplos análises aos fenômenos característicos da vida social. A novidade da sociologia do século XIX reside principalmente no método. A partir de Comte a sociologia será concebida como uma ciência positiva, isto é, como uma ciência a fim a fim à esfera da experiência sensível, aquela que hoje chamamos método experimental. A sociologia positiva nasce, portanto, como uma ciência empírica que observa, descreve, mede e procura descobrir as causas imediatas e as leis dos fatos sociais validando-se de um método empírico-indutivo. A metodologia metodológica da moderna sociologia é em si mesma legítima, sempre que não perca a consciência dos próprios limites e que se reconheça a necessidade de manter determinas relações com a filosofia social, a antropologia filosófica e a ética. Estas últimas ciências devem oferecer a visão complexa da pessoa e da natureza humana, nas quais o conhecimento sociológico pode se enquadrar devidamente. Não se pode esquecer contudo, que o fim da sociologia foi no contexto filosófico do positivismo de Comte. Vimos como isso trouxe notáveis problemas metodológicos e filosóficos<sup>35</sup>.

O desenvolvimento epistemológico da sociologia poderia constituir na sociedade atual uma força verdadeiramente humana, se adotasse as pressuposições filosóficas adequadas. Nesse sentido, deve considerar o homem no seu ser ou seja, é preciso o apoio da filosofia que responde à pergunta do ser, do ser que é o homem. Só assim se pode estabelecer uma conexão entre ética social e sociologia. A ética social afirma que o parte da natureza humana viver em comunidade, por isso as realidades humanas tem uma dimensão social, seja nas causas que a constituem no ser, seja nas suas finalidades. Toda a sociologia estudar os modos e as formas nas quais se exprime e se atualiza a sociabilidade, os dinamismos que configuram as suas realizações históricas em etapas, etc. Se deve admitir, portanto, que

Os objetos da sociologia não são nem a essência do homem, nem a da sociedade, mas sim os modos nos quais estas se manifestam pelo fato de “ontar em relação com”

<sup>35</sup> É conveniente como a sociologia de Comte partir da premissa que só poderá ser admitido como ciência aquilo que puder ser validado empiricamente. Se impuser assim um método empírico às ciências humanas e desse modo se exclua a possibilidade de uma verdadeira filosofia, vamos ainda de uma vez mais.

A sociologia pode, porém, contribuir notavelmente para definir uma antropologia adequada, isto é para definir as formas da convivência social, próprias do homem, por isso ocorre que a sociologia não seja limitada a uma visão funcionalista, tornando-se capaz de compreender que uma relação social não pode ser reduzida às funções que cumpre ou que cumprirá de fato. Em outras palavras, fixar a atenção no estudo dos fenômenos de relações não significa ignorar a essência das relações e dos seus sujeitos sociais. Ao contrário, é próprio de uma correta "fenomenologia" permanecer atenta no diálogo sobre as "essências", mesmo se estas são conhecidas em um outro âmbito cognitivo.

### 3. Ética e metafísica.

Para delimitar o objeto deste parágrafo é preciso recordar que o termo "metafísica" pode ser usado ao menos em dois sentidos diferentes. Pode significar um modo geral de conceber e por o fundamento filosófico, e então se refere à filosofia do ser. O segundo lugar a metafísica é também uma das disciplinas filosóficas, em concreto aquela que Aristóteles chamou *filosofia primeira* e que outros autores chamam também de ontologia (impropriamente, pois a ontologia é só uma parte da Metafísica). Tomaremos aqui a metafísica nesse segundo sentido. A metafísica é o núcleo fundamental da interpretação da realidade própria da filosofia do ser. Nesse sentido da realidade a fundação última da ética, com alguns conhecimentos já estabelecidos pela metafísica concretamente da teologia natural, que é uma parte sua. Esses conhecimentos são: existência de Deus, criação do mundo espiritual, da vida e da mortalidade da alma humana, destinação última do homem à comunhão com Deus.

É importante esclarecer o significado da diferença que existe entre ética e metafísica. Não é correta a opinião que o bem é formalmente idêntico ao ser. Isso seria da ética um simples prolongamento da metafísica. Na nossa perspectiva a relação entre ética e metafísica, em um outro significado. Entre as duas disciplinas subsistem duas notáveis diferenças formais e epistêmicas, devido ao fato que o bem é formalmente diferente do ser, porque o bem moral é um objeto prático<sup>36</sup>, seja do fato que a ética tem um ponto de partida próprio e específico: a experiência moral. Assim a ética não pode ser vista como uma parte da metafísica ou como um seu corolário. A relação das relações entre ética e metafísica se encontra de uma parte no fundamento se em última análise da ordem moral na origem ontológica, isto é no respeito do bem no mundo do ser, e em última instância, no ato na privação do ser. A objetividade e o valor absoluto e a ordem moral correspondem em uma instância ao caráter absoluto da afirmação metafísica, e a obrigação moral, como poder normativo, da verdade reflete a essência da abertura da subjetividade ao ser.

De outra parte, essas relações se fundamentam no fato que certos conhecimentos (adquiridos anteriormente, existência de Deus, etc.) que só a metafísica pode oferecer de modo científico, são, por outro aspecto, relativos à ética, enquanto apresentam a experiência última da vida moral. A ética independentemente da metafísica, poderia talvez fazer-lhe objetos do seu procedimento pois a ação própria (privados da razão prática de Kant), mas com isso se incorreria de uma parte em uma fração entre razão especulativa e razão prática (não podemos saber que Deus existe, mas seríamos moralmente obrigados a comportar-nos como se Ele existisse para a qual não encontramos nenhum fundamento, de outra parte, em um esforço vicioso, pois as exigências éticas que parecem justificar os postulados podem também receber em uma perspectiva agnóstica uma interpretação diferente que a priva da sua força postulatória. Comentando a afirmação que a alma parece resistir, em Kant, no despojamento da alma, entra firmemente do plano superior a metafísica que a expulsa no momento de lançar os

<sup>36</sup> Como vimos a moralidade dos atos humanos, ou seja da ação não é uma realidade puramente especulativa, como, por exemplo, as astros e seu movimento, mas atua na realidade agente em quanto tal, ou seja é real, somente ora sendo educado pelo homem. A moralidade é objeto de realização, não simplesmente de contemplação: é um objeto prático relativo à ação humana. LUCIA ANGELA R. SÁENZ, *Ética*, do Morner, Firenze, 1992, p. 2.

fundamentos do edifício (questão do saber para dar lugar à fé). Não nos parece necessário recorrer a procedimentos desse tipo, pois não nos convence a crítica kantiana à metafísica.<sup>17</sup>

Tracemos agora um breve quadro das posições suscitadas pelos diversos autores e das instâncias que inspiram em relação ao problema da conexão entre ética e verdades metafísicas.

- 1) A negação da conexão entre ética e ontologia natural responde a diversas instâncias (metodológicas e a negação da possibilidade da metafísica como ciência, ou ao menos a negação da possibilidade de um conhecimento racional de Deus. Enão aqui as impropriações de Deus ou simplesmente agnósticas.

O pensamento de Hegel é um claro exemplo de ontologia sem teologia natural. Uma outra instância não menos importante é o desejo de subjugar a separação entre valor e ser, isto é da completa autonomia da ética e da ordem moral a respeito da ordem ontológica (contendo às vezes, no mundo natural, como ordem dominada pelas ciências positivas). Exemplo de uma instância a autonomia é a ética elaborada sem apoiar-se em uma teologia natural, mas que acaba abrindo-se a um certo conhecimento de Deus, tal conhecimento é postulado pela ética e não justificado pela metafísica. Este é o caso de Kant que, apesar disso, com os seus célebres postulates da razão prática, procura fundamentar uma certa metafísica na ética.

- 2) Entre aqueles que admitem uma fundamentação na existência de Deus para esta encontram-se diversas diferenças. Alguns têm que ver a razão no redor do conceito de lei, entendida não como uma ordenação da razão, mas somente como expressão de preceitos da majestade divina. Assim o conteúdo da moral é determinado imperativamente por Deus, o qual comunica ao homem através da revelação aquilo que deve fazer e aquilo que deve evitar. Essa imposição encontramos no calvinismo e na ética de Gershom de Sefer. Uma posição análoga é aquela do voluntarismo de Ockham a qual faz consistir a essência da moralidade na absoluta e arbitrária vontade suprema de Deus. Não existe nem bondade nem malícia intrínsecas a bem aquilo que Deus ordena e ao porque Deus o veda, e é mal aquilo que Ele proíbe e ao porque ele proíbe. Segundo Ockham Deus poderia ter ordenado ou proibido o contrário do que estabeleceu. Este princípio é visto como compatível com a estabilidade da lei moral revelada mediante a distinção entre *potentia Dei absoluta* e *potentia Dei ordinata*. Estas duas orientações estabelecem uma conexão necessária entre ética e Revelação. A vontade de Deus, conhecida por Revelação, constitui o fundamento metodológico da obrigação moral, e a conformidade a esta vontade é a essência mesma da moralidade. Quem não reconhece ou não admitisse a Revelação, não poderia experimentalmente nem ter, verdadeiramente moral. Estes autores não admitem a possibilidade de uma ética filosófica, por isso a conexão entre ética e teologia natural se torna para eles, uma questão sem sentido.

- 3) Os filósofos que se movem no contexto da filosofia do ser adotam uma posição de fundo comum, partindo da qual chegam, todavia a posições diferentes. A tese que nos interessa é a que faz necessário admitir a metafísica criacionista e afirmar que quando a razão humana cumpre formulando os seus ditares práticos, participa na ordenação posta pela razão divina. Isto vale ao nível do plano ontológico objetivo. No plano subjetivo se dão duas possibilidades: se a pessoa dispõe de um conhecimento completo da realidade compreende que o ditame da razão tem um fundamento transcendente (contido e também possível que a pessoa, por ignorância, esteja somente ex parte exigida a da razão divina e a da dignidade da pessoa humana). Em outras palavras, a razão divina pela qual a exigência existe se apresenta ao

<sup>17</sup> Cfr. NQ, Angel Rodríguez, *Ética, Le Motier*, 1992, p. 7.



homem como obrigação absoluta e objetivamente e ontologicamente, a sua origem divina, também se a pessoa concreta não está consciente, portanto não pode dar uma explicação suficiente daquilo que a sua experiência sente. Esta hipótese não é objetivamente impossível de propor também se a natureza racional da pessoa e um fato, a plena compreensão da racionalidade da existência humana e do sentido da inteira realidade residia possível somente se na origem de todo ser há uma inteligência criadora. Esta é a tese de São Tomás e a que nos parece mais adequada.

#### 4. Ética e antropologia

As relações entre ética e antropologia no plano da fundamentação das normas éticas concretas têm uma importância analítica e metafísica na ordem dos fundamentos últimos da vida moral. As normas éticas respondem ao bem da pessoa humana enquanto exprimem aquilo que para ela é verdadeiramente bom. A justificação destas normas depende, portanto do conhecimento daquilo que é bom para o homem. Este conhecimento alcança em boa parte de modo espontâneo e precioso, mas deve ser justificado e corrigido filosoficamente. A justificação filosófica depende da resposta que se dá à pergunta: "que coisa é o homem?", pergunta que é feita pela antropologia filosófica. Somente sabendo que coisa é o homem podemos provar filosoficamente o que é um concreto conveniente para o homem. Através da noção de conveniente a metafísica mesma nos chega à antropologia, com a qual se encontra em relação a teoria do agir começando com o conceito de ato humano. Como todos atos humanos são aqueles próprios do homem enquanto tal, e o conhecimento de que coisa é próprio do homem enquanto tal pressupõe o conhecimento do que é o homem, outros temas importantes da ética se encontram em relação com a antropologia, como liberdade, amor, virtude, etc.

#### 5. Ética filosófica, ética teológica e ética cristã.

Entre ética filosófica e teológica se dá a seguinte diferença: a ética estudada com a luz da razão as exigências morais da pessoa humana, criada a imagem e semelhança de Deus. A ética teológica trata da vida do homem elevada a dignidade sublime e misteriosa de filho de Deus e irmão de Cristo. Quando como ponto de partida a Revelação, a teologia moral concentra o seu interesse sobre a dignidade do homem participante, através da graça, da natureza divina. A graça é o evento essencialmente gratuito pelo qual a pessoa entra em relação ética totalmente nova e mais elevada, que acrescenta-se às exigências éticas naturais, delimitando um de vida superior que tem como termo a visão beatífica de Deus. Logo e então Filosofia e ética filosófica e teologia moral se estabelecem a mesma. Estação e a colaboração, portanto, existente entre razão e fé e natureza e graça.

É preciso ter em conta que a razão e fé não são princípios cognoscitivos paralelos que não se encontram jamais. Não se devia falar de razão e fé, mas de razão e razão enriquecida pela fé. A reflexão teológico-moral assume ou pode assumir todas as verdades éticas que a razão pode encontrar com as próprias forças (veremos por isso, que também a reflexão filosófica assume ou pode assumir os conhecimentos adquiridos através da fé que não são em si mesmos um mistério inacessível para a razão). Por isso se diz que a essência da ética filosófica diante da ética teológica é aquilo a do incompleto diante do completo.

A ética filosófica não só é incompleta, mas o estatuto de uma ética só filosófica é problemático. Que valor prático pode ter uma ética distal e as conclusões reais da atividade moral? O valor prático da filosofia moral se apoia no sobrenatural, porque não pode tomar a carga de todas as conclusões reais que deve ordenar. Para atingir a plenitude à qual o homem foi divinamente chamado por Deus é necessário recorrer à ética teológica, antes de tudo para conhecer a finalidade e as exigências éticas

especificamente teológicas, e depois para dispor de uma justificação e de uma motivação para as suas normas e exigências no cumprimento daquilo que é naturalmente justo.

Por esses motivos se deve afirmar que a ética filosófica deve manter com a ética teológica a máxima abertura compatível com a essencial racionalidade da filosofia. Por isso é necessário distinguir o âmbito teológico em si mesmo sobrenatural (ou racional) e, portanto, um mistério acessível somente a fé. Aquilo que em si mesmo e em si mesmo supera a capacidade da filosofia e está não o assumo como princípio de um argumento ético filosófico, também se naturalmente o filósofo terá as mesmas obrigações dos outros homens na relação com a fé. O que é por si mesmo compreensível para a razão deverá ser examinado pela filosofia moral. A razão humana tem a sua origem e o seu fundamento na razão divina. Com isso não se quer confundir as disciplinas filosóficas e teológicas, apenas a ética deve permanecer aberta às fontes da verdade ético-racional que não se reduzem somente a reflexão conceitual. A experiência moral com a teologia contém ensinamentos que tocam a matéria moral.

Passemos ao conceito de ética cristã. É um caso particular do problema das relações entre ética e religião. Ética cristã e teologia moral não são sinônimos. A ética cristã é uma reflexão sobre a totalidade da moralidade, pois acrescenta outros valores, como a humanidade, a mansidão, o serviço desinteressado que tem vista à realização das próprias possibilidades a fim de beneficiar os outros, o perdão das injúrias e sobretudo o amor aos que nos perseguem. Trata-se de valores que, antes de vê-los vividos, podem parecer incompreensíveis a quem não conhece a Cristo, mas a cuja beleza e sublimidade é evidente para quem os vive. Assim é claro que esses levam a cabo as aspirações éticas naturais.

### Questionário.

1. A ética e a psicologia estudam realidades comuns? Quais são?
2. Qual a diferença entre ética e psicologia? Exp. que.
3. Que dificuldades podem existir entre ética e psicologia?
4. Qual a diferença e qual a semelhança entre ética e sociologia?
5. Por que se pode afirmar que a metafísica realiza a fundação última da moral?
6. Por que a ética não pode ser considerada um simples prolongamento da metafísica?
7. O que dizer do pensamento de Kant que remanece a fundamentar a ética nos conhecimentos oferecidos pela metafísica?
8. Explique a posição de Leibniz que fundamenta a moral na vontade de Deus. Você concorda com a posição dele? Por quê?
9. Explique a tese da metafísica racionalista para explicar a relação de ética e metafísica.
10. Exponha a relação entre ética e antropologia.
11. Explique a diferença entre ética filosófica e ética teológica.
12. Como admitir uma relação entre ética filosófica e ética teológica sem confundir as duas disciplinas?
13. Explique o que é ética cristã.

### Segunda Parte: O SUJEITO MORAL

#### IV CAPÍTULO: A PESSOA COMO SUJEITO DA ATIVIDADE MORAL.

##### 1 Teoria da ação e teoria da pessoa

A ética trata das ações humanas que são o seu objeto material. Os conceitos éticos fundamentais (bem moral, norma, virtude, pecado, etc.) se referem às uma ou mais ações, o poder ser

entendidos corretamente só em relação a ação e aos conceitos que utilizamos para estudá-la. Nesse sentido a ética pressupõe uma teoria da ação humana.

Hoje se discute se a teoria da ação se a uma disciplina independente da ética ou se seja uma parte sua. Isto, porém, não leva, da a inclusão na ética do estudo da ação humana. A ação humana pode receber uma *explicação teleológica*, segundo a qual se pode falar da ação só quando é possível formular enunciados sobre uma relação entre fim e meios. Ainda se pode falar de uma *explicação causal*, que fala da ação em termos de causas eficientes e dos seus efeitos. Ainda se pode falar de uma *explicação intencional*, pela qual a teoria da ação se apoia sobre respostas angustiosas à pergunta sobre as motivações do agir. Pode-se falar também de uma *explicação aristotélica*, fundada sobre a teoria do *stoaicismo* prático, que teria a função de operar uma síntese prudente entre a universalidade da regra e a contingência do suceder histórico (experiência). Por exemplo, eu sei que não se deve avançar o sinal verde no contêdno dirigindo de madrugada, considerando o perigo de assalto, avanço o sinal não por pessoas terem a regra geral, mas por prudência.

Nenhuma dessas perspectivas temáticas pode ser esquecida, mas também não é considerada em si completa. Para a filosofia somente a perspectiva antropológico-moral é em si completa, pois consiste em pôr em evidência a íntima gama das relações existentes entre a teoria da ação e a teoria da pessoa. Tais relações se estabelecem sobre três planos.

1. O primeiro é determinado do fato que a pessoa é a origem e o sujeito da ação propriamente dita. Este plano pressupõe o conceito de pessoa que deve ser e é abordado tendo em conta alguns conhecimentos metafísicos.
2. O segundo plano obedece ao fato que a ação humana manifesta o dinamismo específico da pessoa. Certas dimensões da subjetividade se actualizam somente no agir.
3. O terceiro plano é determinado do facto que a pessoa mesma é o objecto da ação e não só o resultado dessa.

## 2. Unidade e complexidade da pessoa como sujeito ontológico e sujeito moral.

### 2.1. Unidade e complexidade da pessoa como sujeito ontológico.

Aonde se define pessoa como a substância indivisa, de natureza racional<sup>29</sup>. Sua natureza racional o faz diferente de todos os animais. Deve-se conceber a pessoa como uma unidade. Seria estranho conceber o corpo separado da alma. Assim o corpo humano vivo é realmente uma realidade pessoal. O corpo humano não é independente do espírito, como também o espírito humano não é independente do corpo enquanto o vivifica.

Também se pode compreender a complexidade do ser humano de uma perspectiva funcionalmente ontológica, como aparece na filosofia tomista, o problema se põe sobre o plano da ação e não sobre o plano existencial. A vontade se distingue da natureza enquanto são consideradas como princípios de dois dinamismas tão diferentes como a ação voluntária e os processos das relações naturais. São Tomás de Aquino denomina *voluntas ut natura* a disposição natural da vontade, que é o fundamento e a condição da existência da verdade e da dos bens concretos. A pessoa humana não é a soma de natureza e razão, mas um indivíduo de natureza racional. Assim é própria ao espírito uma abertura ao universo que não invalida o conceito metafísico de natureza espiritual. O ato se am

<sup>29</sup> I LIGIO, Angelo Ruiz, *Ética*, Le Monier, Archaia, 1992, p. 37.

<sup>30</sup> BONAVENTURA, *De duabus naturis*, c. 3, P. 64, 343.

espírito finito pressupõe a natureza espiritual. Fosse serido, o espírito tem também uma dimensão natural, ao bem que se trata de uma natureza aberta ao ser em toda a sua abertura para a luz.

O conceito metafísico da natureza e só realmente ligado à concepção criada. As naturezas criadas, sendo algo de diferente de Deus, têm o seu arquétipo e a norma originária na razão criadora, a pessoa humana reflete a imagem divina.

## 2.2. Unidade e complexidade da pessoa como sujeito moral.

O homem é sujeito moral sobretudo, enquanto é dotado de conhecimento intelectual, e vontade livre. As características essenciais da moralidade se verificam somente no sujeito dotado de razão e de liberdade. É necessária a compreensão universal e absoluta do bem, o autodomínio que faz a ação expressão autônoma do eu assumido da responsabilidade. A moralidade se refere diretamente ao querer e à tendência, e por isso o sujeito da moralidade é a vontade livre. A liberdade é a qualidade pela qual, sobretudo, o homem é imagem de Deus e pode entrar em relação com Ele.

Além da vontade e da inteligência, não devemos esquecer nos dois sentimentos. Entre a esfera da vontade e a dos sentimentos se instalam relações comunicativas. Facilmente se pode confundir a vontade com os sentimentos. Lembramos que a vontade como faculdade da alma se liga à inteligência que a informa do bem. Os sentimentos, se não têm um desenvolvimento equilibrado podem prejudicar a vida afetiva e de espiritualidade, podendo assim perturbar a vontade. A vontade sentimental, que acompanha uma ação não é decisiva para a qualidade moral da ação, mas constitui em todo caso um sinal da estrutura psicológica da pessoa.

## Questionário

1. Qual o conceito de pessoa e averado por Boecio?
2. O que dizer da unidade entre corpo e alma no homem?
3. Explique a relação entre vontade, inteligência e sentimentos no homem.

## V. CAPÍTULO: TEORIA DA AÇÃO VOLUNTÁRIA.

### 1. A ação voluntária.

#### 1.1. Conceito de ação voluntária.

Ação voluntária pode ser definida como a ação que procede de um princípio intrínseco e é acompanhada do conhecimento final do fim. Procede de um princípio intrínseco o agir dentro de um sujeito agente com conhecimento formal do fim. Significa que o sujeito agente conhece "o que em vista do fim, se cumpre a ação" e que o conhece expressamente como objetivo de seu agir, acompanhando a convergência enquanto tal.

Conhecimento formal do fim significa, de outra parte, que o conhecimento ponderado do fim é, de certo modo a origem da ação. Assim, portanto, a ação voluntária é uma ação consciente. Na definição que estamos comentando, o termo fim exprime o objeto próprio da vontade. A intencionalidade é uma característica dos atos da inteligência e da vontade que consiste na sua essencial abertura ao objeto. Deixando de lado a intenção da vontade da inteligência, vejamos as características da intencionalidade da vontade:

- 1) A intencionalidade da vontade é consciente enquanto a orientação do ato ao objeto é vivida pelo sujeito. A pessoa antes de agir projeta e representa a ação. Projetar e representar são atos da razão implicados na atividade voluntária.
- 2) A intencionalidade da vontade é ativa, porque a relação estabelecida entre sujeito voluntário e objeto é decidida e posta pelo sujeito mesmo.
- 3) A intencionalidade da vontade é guiada e ordenada pela razão. O objeto ao qual a vontade se dirige intencionalmente, é apresentado ou avaliada pela razão e em tal sentido é constituído pela razão. O juízo racional põe em relação a ação ou o seu sujeito com um motivo.
- 4) Contrariamente à inteligência a vontade é auto referencial. Toda ação da vontade, além de ter um objeto intencional, tem como objeto a pessoa agente (mas não como objeto intencional), e retorna sobre o sujeito pessoal; não é possível, por exemplo, roubar sem se dar conta de ser ladrão, enquanto se pode conhecer um furto ou um homicídio sem manchar-se destas culpas morais. O querer implica em uma identificação pessoal (uma avaliação e uma tomada de posição positiva com o amor, e negativa com o ódio ou reclusa) com o desejado, que não se dá no conhecer enquanto tal. A pessoa permanece comprometida como pessoa em todo ato de vontade e por isso toda determinação da vontade procura o objeto e sempre também autodeterminação, isto é, ato pelo qual a pessoa se autodetermina.  
A auto referência da vontade não se deve confundir com a reflexão, isto é, com o retorno intencional do querer sobre si mesmo, com o querer que tome si mesmo como objeto intencional (quero o meu querer; consinto odiar, etc.). A reflexão se atua sobre o plano do objeto intencional da vontade: a auto referência não.

### 1.2. Ato elicitos e atos imperados: a dupla atividade elícita da vontade.

Distinguem-se dois atos voluntários: os atos voluntários elicitos e os atos voluntários imperados. Os atos voluntários elicitos são exercitados diretamente pela vontade (amor, ódio, etc.) e são atos imperados os atos realizados imediatamente por outra faculdade diferente da vontade (a inteligência, os braços, os olhos) sob a influência ou a moção da vontade: ler um livro, bater em uma mesa, prestar atenção são ações voluntárias.

Assim a pessoa como centro espiritual toma posição diante a um objeto (ama, odia, aprova, desaprova, aceita, rejeita) independente do fato que o objeto esteja em seu poder. Esta é a atividade elícita própria da vontade.

A pessoa também pode, porém, por voluntariamente em movimento certas atividades do espírito (da inteligência, da memória, da imaginação) e, sobtudo do corpo que tendem a realizar ou conseguir efetivamente o objeto amado ou a destruir o odiado. Este segundo tipo de atividade elícita consiste, portanto, no fato que a vontade escolhe e aceita um projeto de atividade imperada, enquanto move e domina a sua execução. A vontade dominando a ação a finaliza: a ordena a um fim ou a faz depender de uma razão ou motiva (a pessoa sabe o que faz e porque faz). Assim a ação humana pode ser considerada como uma unidade de "alma" e "corpo".

### 1.3. Ação perfeitamente voluntária e ação imperfeitamente voluntária.

Ação perfeitamente voluntária é aquela que realiza plenamente as condições da ação voluntária. Opera, portanto de modo perfeitamente voluntário a pessoa que é consciente daquilo que faz e que consente plenamente na própria ação. Se falta um desses elementos, ação será imperfeitamente voluntária. A imperfeição do ato voluntário pode depender de duas condições:

- 1) Presença imperfeita de conhecimento formal do fim no momento da ação. Não nos referimos aqui ao caso no qual o conhecimento do fim seja viciado pela ignorância e do erro, mas à

existência de causas ou situações (como a semi-sonolência, a embriaguez, a parcial perturbação da mente causada por uma doença, por uma paixão violenta, de um estado de grande agitação, etc.). São causas que impedem a normal realização psicológica do juízo intelectual implicado em todo ato da vontade.

- 2) Imperfeição do movimento da vontade em direção ao objeto, porque esse possui aspectos que causam repugnância, hesitação, etc., por exemplo, ação honesta, mas dolorosa, ação prazerosa, mas eticamente reprovável ação vantajosa, mas injusta. Quando a pessoa não toma posição do modo preciso diante a estes valores de diversos gêneros, se produz uma situação de luta que pode resolver-se em um movimento voluntário deficiente, não suficientemente consolidado, próprio de um sujeito que não chega a decidir-se. O importante é dizer que se o sujeito passa a ação externa não se pode falar de consentimento imperfeito.

#### 1.4. Ação e omissão.

O conceito de ação voluntária não se aplica só ao querer ou fazer voluntário, mas também ao não querer e ao não fazer, isto é, ao que chamamos comumente de omissão. Omitir uma decisão é uma decisão tão voluntária como o fazer.

O conceito de omissão é eticamente relevante quando determinadas situações, exigem um comportamento que, todavia, não se realiza, quando quem podia razoavelmente espera algo de nós, quando se trata de omissões reprovadas pela lei moral ou civil (omissões de socorro, omissão de um dever profissional, etc.), nesses casos a omissão de um ato que deveria ser realizado representa algo de ilícito, ou seja, a pessoa decidiu positivamente de não agir. Assim a pessoa torna-se responsável pelo curso dos eventos que se podia impedir, porque o estado de coisas é de certo modo causado pela inatividade.

São Tomás diz que a que deriva da omissão procede da vontade indiretamente, é efeito indireto da vontade<sup>40</sup>. Hoje esta terminologia (voluntário indireto) é tomada para designar um objeto parcialmente diverso (ações de efeito duplo que veremos adiante). Nos parece, porém que a consideração tomista seja exata e possa ser mantida.

##### 1.4.1. A licita ocultação da verdade<sup>41</sup>.

- a) A licitude de ocultar a verdade.

Nunca é ilícito mentir e muitas vezes é ilícito omitir, mas há situações na vida em que não é prudente nem justo dizer o que se pensa. Nesses casos é ilícito ocultar a verdade desde que não se minta. Afirma São Tomás que "é ilícito recorrer a certa dissimulação, para ocultar prudentemente a verdade"<sup>42</sup>.

Todo homem tem o direito a manter reservados alguns aspectos da verdade, sobretudo da vida privada, cujo conhecimento não serviria em nada ao bem comum, e, pelo contrário, poderia prejudicar legítimos interesses pessoais, familiares ou de terceiros. Trata-se aqui de um direito que não é absoluto, pois pode haver forte razão suficiente para que uma pessoa tenha obrigação moral de dar a conhecer também esses aspectos reservados.

<sup>40</sup> AQUINO, São Tomás de, in *Summa Theologiae*, I-II, q. 6, a. 3, c.

<sup>41</sup> SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.233.

<sup>42</sup> AQUINO, Tomás, S. th. II-II, q. 110, a. 3, ad 4.

O próximo tem direito que se lhe diga a verdade, mas não tem direito, salvo em casos excepcionais, como foi mencionado, que lhe seja revelado o que pode ser matéria de legítima reserva. Nesses casos, não é falar a verdade calar ou responder que "nada há a dizer".

#### b) A restrição mental.

Um modo de ocultar a verdade é a restrição mental, que consiste em pronunciar uma frase que, tomada como sua, é falsa, mas que tem um sentido verdadeiro, oculto na mente de quem fala.

Pode-se distinguir duas formas de restrição mental. Quando não há nenhum indício por onde se possa descobrir a verdade, chama-se *restrição puramente mental*; se, pelo contrário, fica alguma brecha por onde se possa vislumbrar a verdade, chama-se *restrição latamente mental*.

A respeito da restrição mental há dois princípios:

##### 1) *A restrição puramente mental jamais é lícita.*

O motivo é que sendo impossível descobrir o sentido verdadeiro, que permanece sempre oculto, equivale a mentir. Por exemplo como estas: "Já vi Roma" (em fotografia); "Não fiz tal coisa" (há dois anos); "Não roubei a caneta" (com a mão esquerda). Vê-se que são expressões que são sempre mentiras. Assim se poderia mentir sempre impunemente.

*"De ser lícito, em certas ocasiões, ocultar a verdade, não se conclui que seja lícito mentir"*<sup>43</sup>

##### 2) *A restrição latamente mental é ilícita sem causa justa, mas pode ser lícita com causa justa e proporcionada.*

A razão disso é que são mentiras propriamente ditas, visto que o sentido verdadeiro pode ser descoberto próximo. Por exemplo, a chamada telefónica a que se responde "não está" entendendo-se "para você", e concretamente "nesse momento".

Deve ser usada com causa justa e proporcionada, com quem se livra de um perigo ou de um incómodo, mas nunca é lícita se equivale a negar a fé. Os mártires poderiam ter negado a fé, mas não o fizeram porque seria grave mentira, além de escandalizar os mais fiéis.

Dentro dessa seção se inclui o que a linguagem corrente são modos comuns de expressão, embora não sejam verdadeiros. Como o vendedor que afirma que o seu produto "é o melhor". Trata-se de palavras que não induzem ao erro a não ser por falta de senso.

Geralmente é desaconselhável o uso da restrição mental, por ser fácil perder a proporção das coisas e cair em autênticas mentiras. Para ajuizar sua licitude, seria apropriado aplicar as regras do ato voluntário indireto que examinaremos um pouco mais adiante.

Conclusão: Mantém-se firmemente o carácter intrinsecamente mau da mentira, é preciso guiá-se pela prudência, longe de qualquer compromisso assim como de qualquer ingenuidade inconveniente.

#### 1.4.2. O Segredo<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> AGOSTINHO, Sto., *Catena Aurea*, vol. I, p. 425.

<sup>44</sup> SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.234.

Com tudo que se nouba de dizer se relaciona o tema do segredo, que é um caso concreto da ocultação da verdade. A bondade moral do segredo demonstra-se pela obrigação que têm de o guardar aqueles a quem ele foi confiado como, por exemplo, no segredo profissional.

#### A. Definição e divisão.

Segredo é tudo aquilo que, pela sua própria natureza ou por um compromisso, exige a obrigação de ser conservado oculto. Pode ser:

- a) *Natural*: quando deriva da natureza mesma do assunto; p. ex., quem conheça uma falta grave do próximo, segredos de família, etc.;
- b) *Prometido*: quando, depois de conhecer alguma coisa, se faz a promessa de a não revelar; corresponde ao dever de fidelidade;
- c) *Confiado*: quando, antes de conhecer alguma coisa, se promete não a revelar.

#### B. Obrigações acerca do segredo.

- 1) *Não é lícito averiguar segredos alheios*; p. ex., é pecado abrir cartas alheias, revistar móveis, estar ocultamente à escuta, pressionar alguém para nos contar algo, etc.
- 2) *O segredo natural obriga em restrita justiça*, gravemente em matéria grave e levemente em matéria leve.
- 3) *O segredo prometido obriga, não por justiça, mas só por fidelidade*, e a sua divulgação não passa, em geral, de pecado leve, a não ser que prejudique alguém.
- 4) *O segredo confiado obriga mais estritamente que o segredo natural*, e em princípio gravemente, a não ser tendo em conta a insignificância da matéria.

Sob a obrigação de se guardar este segredo encontram-se todos aqueles que conhecem algo em razão do seu exercício profissional: o médico, o advogado, o homem de Estado, e — com maior rigidez que ninguém — o sacerdote no foro sacramental.

A obrigação de guardar segredo desaparece:

- 1) Quando o facto se tornou público;
- 2) Quando legitimamente se pressupõe a autorização daquele que o confiou; p. ex., para o livrar de um mal grave;
- 3) Quando se trata de evitar um prejuízo grave à sociedade, pois o bem comum está acima do particular.

#### C. Sociedades secretas.

Sociedade secreta é aquela que não é conhecida por quem tem direito de a conhecer, isto é, que priva a autoridade ou a sociedade no seu conjunto do conhecimento a que tem direito. Não o é, pelo contrário, aquela que informa devidamente das suas actividades, fins, etc.

O Magistério da Igreja precisa que por sociedades secretas se deve entender aquelas que "exigem dos seus membros um segredo tal que a ninguém deve ser manifestado, e lhe podem